



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Câmpus de Marília

Sofia Ramos De Bom

**A FORMAÇÃO DO GRUPO FUNDAMENTALISTA BOKO HARAM:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO SEU SURGIMENTO NA NIGÉRIA**

Marília

2024

Sofia Ramos De Bom

**A FORMAÇÃO DO GRUPO FUNDAMENTALISTA BOKO HARAM:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO SEU SURGIMENTO NA NIGÉRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

Marília

2024

Bom, Sofia.

B695f A FORMAÇÃO DO GRUPO FUNDAMENTALISTA BOKO HARAM:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO SEU SURGIMENTO NA NIGÉRIA/ Sofia Bom.
-- Marília, 2024 73 p. : mapas

Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Relações
Internacionais - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, Marília.

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. Boko Haram. 2. Imperialismo. 3. desenvolvimento desigual e
combinado. 4. Nigéria. 5. formação histórica.

Sofia Ramos De Bom

**A FORMAÇÃO DO GRUPO FUNDAMENTALISTA BOKO HARAM:
UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO SEU SURGIMENTO NA NIGÉRIA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP - Câmpus de Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Banca Examinadora

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

UNESP – Câmpus de Marília

Orientador

Prof. Dr. Gabriel Sandino de Castro (examinador)

FPM - Patos de Minas

Prof. Theo Peixoto Scudellari (examinador)

UNESP – Câmpus de Marília

Marília, 11 de Dezembro de 2024.

Dedico este trabalho ao meu avô João Ramos, que sempre esteve ao meu lado nos meus melhores e nos meus piores momentos. João “Serradô” sempre será lembrado.

AGRADECIMENTOS

Primeiro gostaria de agradecer aos meus familiares, em especial à minha mãe Meire Aparecida, meu pai Marco Antônio, meu avô João Ramos e a minha avó Geracy Maria por me mostrarem como trilhar o meu próprio caminho, e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço ao meu orientador Rodrigo Passos por me mostrar o sentido da vida acadêmica e por despertar em mim a vontade de segui-la.

Agradeço aos meus amigos e camaradas, por darem sentido à minha vida.

Agradeço também à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão de bolsa nº2024/06201-2, que tornou essa pesquisa possível.

“Enquanto fazemos nossas boas ações, não devemos esquecer que a verdadeira solução está em um mundo em que a caridade se tornará desnecessária.” Chinua Achebe

RESUMO

Esta monografia pode ser resumida à luz da seguinte questão: conforme a ideia de imperialismo apresentada por Rosa Luxemburgo e a teoria de Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky, como é possível reconstruir a história da Nigéria desde antes desta se tornar um país, a fim de identificar pontos principais e agentes que deram ensejo ao surgimento de tensões sociais que, entre outras, possibilitaram a ascensão do grupo fundamentalista Boko Haram? Tal pesquisa objetiva-se, assim, a apresentar esses pontos que podem ser entendidos a partir de três principais problemas: a islamização do norte da região que precedeu a Nigéria; a colonização da região que se desdobra em díspares desenvolvimentos entre norte e sul do país, de maneira vantajosa ao sul; e das consequências da modernização forçada do Estado nigeriano, que resulta em disputas étnico-regionais. Em relação à metodologia da pesquisa, o trabalho se valeu de uma revisão bibliográfica voltada para a formação do país, interferência externa, e os desdobramentos, a partir do método de estudo de caso. Em termos da Metodologia enquanto desdobramento do quadro teórico, o trabalho se vale de uma perspectiva mais holista, multidimensional em termos dos aspectos internos e externos, sempre em conformidade ao perfil marxista das categorias escolhidas. Neste sentido, a análise realça o conjunto das forças sociais e interesses contraditórios que permeiam a expansão imperialista, bem como os tempos desiguais da transformação histórica para o caso em tela.

Palavras-chave: Boko Haram; imperialismo; desenvolvimento desigual e combinado; Nigéria; formação histórica.

ABSTRACT

This monograph can be summarized in light of the following question: according to Rosa Luxemburg's idea of imperialism and Leon Trotsky's theory of Uneven and Combined Development, how is it possible to reconstruct Nigeria's history from before it became a country to identify the main points and agents that led to the emergence of social tensions which, among others, enabled the rise of the fundamentalist group Boko Haram? Thus, this research aims to present these points, which can be understood through three main problems: the Islamic history of the northern region that preceded Nigeria; the colonization of the region, leading to uneven developments between the north and the south, with advantages for the south; and the consequences of the forced modernization of the Nigerian state, resulting in ethno-regional disputes that extend beyond colonization. Regarding the research methodology, the work employed a bibliographic review focusing on the formation of the country, external interference, and their developments, using the case study method. In terms of methodology as a development of the theoretical framework, the study adopts a more holistic, multidimensional perspective regarding internal and external aspects, always aligned with the Marxist profile of the chosen categories. In this sense, the analysis highlights the set of social forces and contradictory interests that permeate imperialist expansion, as well as the uneven tempos of historical transformation in the case at hand.

Keywords: Boko Haram; imperialism; uneven and combined development; Nigeria; historical formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Nigéria atual, com suas principais cidades e grupos étnicos.....	20
Figura 2 – Golfos de Benim e Biafra.....	28
Figura 3 – Áreas de dominação colonial nas regiões que precederam à Nigéria.....	38
Figura 4 – O Califado de Sokoto.....	42
Figura 5 – Novos Estados 1967-1976.....	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DDC	Desenvolvimento Desigual e Combinado.
FCDO	Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade e do Desenvolvimento
GMF	Governo Militar Federal
NNOC	Nigerian National Oil Company
NNPC	Nigerian National Petroleum Corporation
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OUA	Organização da Unidade Africana
RNC	Companhia Real do Níger
SPDC	Shell Petroleum Development Corporation

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A DIVISÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL ENTRE NORTE E SUL: A ISLAMIZAÇÃO DO NORTE ENQUANTO PRIMEIRA CAUSA PARA AS DISPUTAS PÓS-INDEPENDÊNCIA.....	17
2.1 Antecedentes históricos das transformações políticas: os povos originários das regiões que precederam a Nigéria.....	19
2.2 Transformações políticas, econômicas e sociais na região em que hoje é o norte da Nigéria.....	24
2.3 Transformações políticas, econômicas e sociais na região em que hoje é o Sul da Nigéria.....	27
3. DISPUTA E OCUPAÇÃO NAS ÁREAS QUE PRECEDERAM A NIGÉRIA: IMPERIALISMO EM ROSA E A COLONIZAÇÃO BRITÂNICA NA REGIÃO.....	29
3.1. Chegada dos ingleses no século XIX.....	32
3.2. Estabelecimento do Protetorado do Sul da Nigéria.....	36
3.3. Estabelecimento do Protetorado do Norte da Nigéria.....	39
3.4. Período colonial.....	41
3.5. Movimentos nacionalistas e independência.....	46
4. A DISPUTA PÓS-INDEPENDÊNCIA ENTRE AS REGIÕES NORTE, LESTE E OESTE E OS GRUPOS CONTRÁRIOS AO GOVERNO: O SURGIMENTO DO BOKO HARAM.....	50
4.1 Instabilidade e Guerra do Biafra (1960-1970).....	51
4.2 Economia, sociedade e o Estado em tempos de conflito (1970-2007).....	55
4.3 A resposta aos avanços capitalistas na Nigéria: a formação do Boko Haram.....	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERÊNCIAS.....	65

1. INTRODUÇÃO

Objetiva-se com esta monografia uma análise histórica do grupo Boko Haram na Nigéria. O foco incidirá sobre alguns dos aspectos históricos mais importantes que desdobraram no que hoje é a Nigéria, a partir de uma abordagem não anacrônica da formação do país e os aspectos que levaram à formação do Boko Haram. Nesse sentido, ao longo da monografia será reconstruído o processo histórico de construção do país, com destaque para os efeitos da colonização europeia. Também será efetuada a análise da reconstrução do processo em questão à luz da categoria de Trotsky de Desenvolvimento Desigual e Combinado - DDC - (1957, p. 17-20; 1977, p. 24-26; 2010, p. 43) no que tange às diferenças de desenvolvimento internas e externas ao país. Bem como será realizada uma reconstrução do processo em questão a partir da categoria de imperialismo proposta por Rosa Luxemburgo (1985), situando o caso nigeriano em termos singulares no contexto mais amplo da colonização britânica e sua efetivação africana.

Conforme o tema proposto, o continente africano e sua colonização, de forma geral, se inseriram na lógica imperialista de expansão do capitalismo para áreas nas quais o desenvolvimento de tal modo de vida era inexistente ou inicial. O sentido de tal expansão se associa à busca de matérias-primas, novas zonas de investimento, fatores de produção mais baratos e fontes de trabalho que possam ser subjugadas violentamente. Para compreender os aspectos políticos, sociais e econômicos presentes hoje no país e que levaram à formação de grupos islâmicos, em especial o Boko Haram, faz-se necessária uma abordagem histórica da formação nigeriana enquanto país. É possível observar alguns atores no curso da criação do país que levaram ao surgimento desses grupos. O maior exemplo disso é a colonização britânica na região, que estabeleceu uma unificação de diversas etnias em um só território, o que representa uma das causas do conflito existente até hoje, em uma disputa entre um norte pobre e mulçumano e um sul rico e cristão, devido às diferenças já existentes antes da colonização e que foram reforçadas por essa.

O presente trabalho justifica-se pela relevância do Boko Haram enquanto grupo fundamentalista, devido aos seus impactos na sociedade nigeriana. Para isso, faz-se necessário analisar os agentes históricos que contribuíram para sua formação, destacando sobretudo o imperialismo e suas políticas exploradoras. Esses processos foram conduzidos por potências externas que, alheias à complexidade cultural e histórica da região, moldaram de forma arbitrária os alicerces do território que viria a se tornar a Nigéria, gerando desdobramentos

profundos e persistentes na configuração social, política e religiosa do país.

Para que essa análise seja realizada plenamente é imprescindível o uso de autores que formulam as consequências do imperialismo e do capitalismo em si, como os que serão aqui utilizados como aporte teórico para o estudo do caso da Nigéria. Rosa Luxemburgo contribui para a pesquisa no sentido de estabelecer a atuação do imperialismo nos países explorados, ao passo que Leon Trotsky, com sua teoria a respeito do desenvolvimento desigual e combinado, lança luz sobre os aspectos ainda pouco explorados dos desdobramentos da colonização na região, e como a desigualdade no desenvolvimento e na população nigeriana em geral levaram ao surgimento de formulações fundamentalistas postas pelo Boko Haram. Para sustentar esses autores, é utilizado Justin Rosenberg que entende a teoria do DDC enquanto uma abordagem para entender o internacional em seus aspectos multidimensionais, bem como utiliza-se Michael Löwy, Isabel Loureiro e Eduardo Barros Mariutti no que tange os aspectos do imperialismo contido em Luxemburgo.

A bibliografia principal selecionada, para além dos referenciais teóricos incutidos em Luxemburgo e Trotsky, se desdobra entre produções que abordam especificamente a Nigéria e o Boko Haram, a questão do sistema global de acumulação de capital e uma abordagem marxista da exploração e seus desdobramentos. Na bibliografia selecionada, pensam por diferentes perspectivas, a insurgência e atuação do Boko Haram: Virginia Comolli (2015); Bumah e Adedokun (2009); Kelly Moss (2018); Johnson e Sergie (2014); Daniel Agbiboa (2015); e Andrew Walker (2012). Para isso, se utilizam de múltiplas análises, versando em nível macro aos avanços capitalistas na região a partir do imperialismo; e em nível micro, com os díspares desenvolvimentos entre norte e sul, falha na boa governança e as questões econômicas do país. De forma mais específica, John Campbell (1992) em *Nigeria and the Nation-state* revisita a questão diplomática em um contexto pós-colonial. Também, Falola e Heaton (2008) são utilizados para abordar a cronologia da formação da região que se transformou na Nigéria a partir da colonização. Enquanto que Orimolade e Iwu (2016) abordam especificamente a questão do desenvolvimento desigual e combinado em sua aplicação ao desenvolvimento capitalista da Nigéria. Também pensam nas contradições trazidas pelo colonialismo: Frantz Fanon (1963) e Ndlovu-Gatsheni (2012).

Ao longo da monografia será reconstruída a história da Nigéria, mesmo antes desta se tornar um país. De início serão abordadas as origens étnicas de cada região, o que representa sua formação cultural inicial. Após a formação cultural das regiões que hoje são delimitadas no interior da Nigéria - e que se formaram a partir dos povos originários que ali viviam e de

migrantes para a região - em 1900 se oficializou a colonização britânica daqueles espaços que se tornaram o Protetorado do Norte da Nigéria e o Protetorado do Sul da Nigéria, que em 1914 se unificaram e então se tornaram a Nigéria enquanto país, e ainda enquanto colônia.

Essa colonização já se configura enquanto parte do projeto imperialista de expansão. Assim sendo, conforme Habib (2003, p.15 *apud* Mariutti, p. 58), existe um duplo impulso ao imperialismo, para que se estabeleça e se expanda pelos territórios em que antes se caracterizavam por economias consideradas primitivas, divergentes do capitalismo. Esses impulsos do imperialismo se caracterizam pela busca de novas zonas receptoras de investimento, fruto da acumulação resultante da concentração e centralização dos capitais, bem como ao acesso a fatores de produção muito mais baratos e fontes de trabalho capazes de serem dominadas violentamente.

A colonização britânica unificou artificialmente as etnias presentes ao longo das regiões que precederam a Nigéria, estabelecendo uma estrutura política e econômica responsável pela instabilidade política presente na Nigéria pós-independência. Hoje, após a sua emancipação, o país continua a ser explorado, visto as dinâmicas capitalistas presentes no mundo como um todo. A questão é também o fato da Nigéria configurar, então, um Estado, porém não uma nação, tese afirmada por Campbell (1992). Com as mais de 250 etnias que foram agrupadas artificialmente no território, a questão nacional é, ainda nos dias atuais, uma incógnita e facilita, bem como é, um dos agentes provocadores dos conflitos no país.

Então, com a independência, o país se viu diante de uma instabilidade política que perdura até os dias atuais. Entre 1960 e os anos 2000, a população do país esteve diante de quatro diferentes repúblicas, marcadas por disputas e períodos antidemocráticos. Caminhavam para 1999 com a existência de uma democracia formal aos moldes capitalistas, e com isso o país reproduzia o modelo político do capitalismo, absorvido mediante a exploração que existiu durante anos na região e que resultou na formalização do país. Conforme Amuwo (2010, p. 26), sendo a Nigéria uma neocolônia, o país está preso desde sua independência entre duas lógicas sociais: a democratização e o desenvolvimento aos moldes capitalistas por um lado e a opressão do imperialismo estrutural e do neocolonialismo por outro. Com isso, o sistema democrático se baseava na cultura hegemônica global e que vinha crescendo na região sul, o que possibilitou ainda mais seu crescimento e a forte expressão do sul do país em relação ao norte.

Diante do exposto, a situação política do país se mostra, ainda hoje, desequilibrada devido às consequências trazidas desde a sua colonização. Buscando desdobrar de forma embrionária a perspectiva originária de Trotsky sobre a amálgama de diferentes

temporalidades da transformação da vida para o caso da Nigéria - a qual Trotsky não analisa - haveria uma duplicidade de tempos de transformação histórica, envolvendo o norte muçumano e o sul cristão. A vantagem do sul é o respaldo e o apoio - financeiro e político - dos países imperialistas e da Organização das Nações Unidas (ONU). O norte, apesar de periférico, conseguiu se manter relevante, mesmo que a partir de fortes repressões. A elite representa fortemente a cultura europeia principalmente ao sul da Nigéria, devido a grande disponibilidade de recursos naturais em seu território, em especial o petróleo, nesse sentido, as regiões que não podem fornecer esses ricos recursos naturais, como o norte, são colocadas em segundo plano.

A conjuntura de instabilidade da nação nigeriana, que veio a partir das interferências europeias que colonizaram a região, bem como o fim das fronteiras entre Norte e Sul que unificaram a região em um único país, foi a causa para a origem e ascensão do “Talibã da Nigéria”, o Boko Haram. O grupo surge, então, sob a influência da quarta república nigeriana, resultado direto das ações britânicas ao longo dos anos na região. Em consequência dessas ações, o grupo repudia em seu cerne a cultura hegemônica global, e pode ser caracterizado, pelas afirmações de Walker (2012), como um grupo islâmico radical. Suas motivações, portanto, vão de encontro com os costumes principalmente ao sul do país, e segundo Johnson e Sergie (2014) demonstra um sintoma de um governo falhado, aliado ao imperialismo e à uma elite despreocupada com o díspar desenvolvimento entre a sua região e as outras do país.

O grupo passa então a buscar subverter o poder existente no país, através da rejeição a todos os valores que negam ao Islã. Nesse sentido, segundo Bumah e Adelokun (2009), um dos maiores objetivos do grupo é a difusão da sua religião, através de medidas como a tentativa de imposição da lei da Sharia, o sistema jurídico do Islã. Com o grupo atuando mais ao norte do país, devido aos desdobramentos históricos previamente discutidos, essa região passa a ficar cada vez mais isolada politicamente e recebe menos investimentos do governo. Em termos sumários, devido a essa estrutura histórica do país, a polarização entre um sul de costumes europeus e um norte com ideais islâmicos causados pela colonização, levou à instabilidade político-social e econômica da Nigéria, em um claro desenvolvimento desigual entre ambas as regiões. Isso se desdobrou de forma relevante em termos desta grande diferença econômica e, portanto, levou ao surgimento de grupos - principalmente ao norte - contrários às políticas do país, como o Boko Haram.

2. A DIVISÃO POLÍTICA, ECONÔMICA E SOCIAL ENTRE NORTE E SUL: A ISLAMIZAÇÃO DO NORTE ENQUANTO PRIMEIRA CAUSA PARA AS DISPUTAS PÓS-INDEPENDÊNCIA

Textos que abordam a Nigéria normalmente focam no conteúdo político e econômico, bem como tratam quase exclusivamente do século XX em diante. No entanto, em termos da complexidade da formação das particularidades territoriais, e para que seja possível entender a formação do Boko Haram e a própria multiplicidade política, social e econômica do país hoje, é preciso retomar as origens étnicas da região, que formam a base do que é a Nigéria e a formação dos seus Estados, bem como as aparentes diferenças que existem entre as regiões Norte e Sul do país. Para isso, é necessário que se faça brevemente um recorte da história dos povos originários dos territórios que precederam a Nigéria até o século XIV, para que ao longo dos tópicos seguintes se trabalhe a colonização da região em que hoje existe a Nigéria, para sustentar a hipótese enunciada que aponta um nexo para os impulsos de expansão do imperialismo britânico em vista da perspectiva analítica luxemburguista da necessidade de expansão para áreas não capitalistas do globo da qual a colônia que precedeu a Nigéria foi destinatária e que se desdobrou em estruturas históricas de grandes desigualdades no interior de sua sociedade, bem como díspares desenvolvimentos e configurações sociais entre Norte e Sul do país como aspectos ligados à perspectiva da categoria proposta para análise a partir de Trotsky.

Não é objetivo deste trabalho esgotar a história da região que precedeu a Nigéria, mas faz-se necessária a contextualização breve das diferentes formações que se deram em período anterior à colonização oficial do território. Para isso, o presente tópico é fundamental para a compreensão de como se deu a diferente formação política, social e econômica nas regiões norte e sul da região que precedeu a Nigéria, compreendendo a multiplicidade de dimensões societárias existentes no território a partir da ideia de Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky (1930). Ao norte, a história mostra a conversão gradual dos povos originários ao Islã, a partir do *Jihad* que se estabelecia em seu território, o que levou à existência hoje de grupos islâmicos contrários aos costumes postos ao sul. Ao passo que ao sul é pontuado a sua participação no comércio transatlântico de escravos e a aproximação dos europeus por conta desse comércio, o que levou o cristianismo para a região, parte do que hoje leva ao conflito religioso atual entre norte e sul do país.

O desenvolvimento desigual e combinado é amplamente relacionado a Leon Trotsky devido a presença dessa análise ao autor avaliar historicamente o desenvolvimento do capitalismo na Rússia a partir das obras que introduziram o conceito: *A História da Revolução Russa* e *A Revolução Permanente*. Trotsky tinha uma visão de totalidade que compreendia o sistema capitalista enquanto agente transformador do mundo em um só organismo político e econômico, ligando todos os países pelo seu modo de produção e comércio. Assim, analisava o desenvolvimento do capitalismo na Rússia a partir da inserção da economia do país no sistema capitalista.

Assim sendo, de acordo com a análise de Lowy (1995, p. 75) a respeito do DDC, o capital financeiro europeu (que pode ser entendido por imperialismo, apesar de Trotsky não utilizar ainda esse termo) é o principal vetor do desenvolvimento do capitalismo nos países em que se insere de maneira incipiente. O capital importado da Europa “salta” as etapas intermediárias do seu crescimento “normal” ou linear e se manifesta em sua maneira mais moderna, demonstrando o “privilégio do atraso”. Nesta perspectiva da desigualdade do ritmo como lei mais geral do processo histórico, há uma espécie de “chicotada externa” caracterizada por Trotsky pelo imperativo dos países atrasados avançarem através de saltos, fora da linearidade tradicional de desenvolvimento. Conforme Bianchi (2000, p. 104), o impulso transformador não viria de baixo para cima, teria que vir, então, de cima para baixo e de fora para dentro. No entanto, essa possibilidade de saltar etapas intermediárias não é absoluta, ela é limitada pelas capacidades culturais e econômicas de um país, assim como aponta Trotsky (1977, p. 20-21) quando diz que um país atrasado rebaixa frequentemente aquilo que empresta do exterior para que se adapte à sua cultura mais primitiva.

No entanto, a teoria de Trotsky por si só não é capaz de explicar o estudo internacional, visto que foca no desenvolvimento do capitalismo na Rússia. Com isso, Justin Rosenberg (2016) em *International Relations in the prison of Political Science* preenche as lacunas da teoria de Trotsky, aplicando-a ao internacional. Rosenberg sugere que a disciplina de Relações Internacionais emergiu enquanto uma extensão da Ciência Política e permaneceu nessa, o que o autor chama de “prisão da Ciência Política”, visto que a disciplina falha em produzir ideias multidisciplinares. O autor entende a necessidade de abordar a existência humana de maneira múltipla, para isso defende que a teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado é necessária por se basear na ideia de múltiplas dimensões sociais coexistentes. Assim, Rosenberg (2006, p. 308) entende o internacional enquanto a dimensão da realidade social que existe na coexistência de diversas sociedades.

Quando Rosenberg aborda a coexistência de múltiplas sociedades, não está se

referindo a uma forma de existência social, mas sim ao caráter fragmentado política e socialmente da história humana. Com isso, Rosenberg pontua o erro em tratar o internacional de forma anacrônica, visto que, por mais que nações e nações-estados sejam um fenômeno moderno, antes dessa já existia a dimensão internacional da história, portanto o internacional não é um subproduto do capitalismo, mas sim é uma dimensão estrutural das múltiplas relações humanas independentes do capitalismo. Berki (1981, p.84, *apud* Rosenberg, 2016, p. 23) diz que não importa se são tratadas enquanto “nações” ou “Estados” ou “comunidades”, o que importa é entender a pluralidade dessas unidades.

Assim sendo, apesar deste tópico tratar de sociedades anteriores a existência do capitalismo em suas áreas, ainda sim são múltiplas sociedades que coexistem em um mesmo tempo de diferentes maneiras, possuem trajetórias únicas que marcam a história dos povos em suas regiões, e em conjunto ao seus aspectos políticos, geográficos e culturais caminham para o desenvolvimento das sociedades que existem hoje nessas regiões, e que convivem internamente a partir de díspares desenvolvimentos entre o norte e sul do que hoje representa a Nigéria e que surgiram a partir da colonização.

2.1 Antecedentes históricos das transformações políticas: os povos originários das regiões que precederam a Nigéria

A Nigéria pode ser caracterizada como uma malha de retalhos costurados, com a presença de mais de 250 grupos étnicos e linguísticos em coexistência. Alguns desses grupos moldavam as regiões existentes mesmo antes de a Nigéria se tornar um país, principalmente os Reinos Iorubá, Hauçá, Fulani e Ibo, que formaram grande parte da base do que seria a cultura do país após sua criação, com a unificação dos protetorados do norte e do sul da Nigéria pelos ingleses. Segundo Orimolade e Iwu (2016, p. 45) a sociedade nigeriana foi criada a partir da multiplicidade de formações sócio-políticas anteriores à colonização. A questão é que todos esses grupos agiam de forma descentralizada entre si; não existia um Estado nigeriano. O que o precedeu foi a criação de unidades onde antes não existiam. O heterogêneo foi forçado a se amalgamar e se transformar em uma única nação com múltiplas culturas. As histórias dos povos originários serão abordadas de maneira breve, sem a intenção de esgotá-las, mas apenas para formar uma base para o entendimento das origens dos povos que hoje moldam o Estado moderno da Nigéria.

Durante a história da região que hoje é definida como Nigéria, diversos grupos migraram para lá e de lá, resultando na cultura sincrética que existe no país atualmente. Tratar

esse espaço como Nigéria e abordá-lo enquanto seu período pré-colonial é analisar a região de forma anacrônica, visto que as fronteiras da Nigéria surgiram apenas com a administração britânica a partir do século XIX. Falola e Heaton (2008) argumentam que não é possível se referir ao período anterior ao estabelecimento de fronteiras enquanto “Nigéria pré-colonial” visto que a Nigéria enquanto termo e país ainda era inexistente. Apesar de a sociedade nigeriana manter as culturas originárias em suas raízes até hoje, essas sociedades não formaram o país por si só. A Nigéria resultou de uma amálgama daquilo que já existia ao longo da atual fronteira e da herança britânica forçosamente estabelecida.

Apesar de as fronteiras do Estado moderno da Nigéria serem hoje o resultado da unificação inglesa dos Protetorados do Sul e do Norte para a formação de uma única colônia, diversas formas de organização existiram anteriormente. Antes da chegada dos colonizadores ingleses, as sociedades que ali viviam possuíam seus próprios sistemas políticos e econômicos, governando centros político-econômicos autônomos entre si. Assim como apontam Orimolade e Iwu (2016, p. 45) as formações sociais existentes derivavam em dois aspectos, primeiro pelo nível de centralização ou descentralização, o que evidenciava a complexidade de suas coexistências, e em segundo lugar pelo seu modo de produção e a estrutura de sua sociedade. Existiram grandes sociedades centralizadas que foram relevantes para a formação do que hoje é a Nigéria, como Benin, Oyo, Kanem-Borno e posteriormente o Califado de Sokoto derivado da comunidade Hauçá, além de diversos grupos menores que compartilhavam o território.

Figura 1 - Mapa da Nigéria atual, com suas principais cidades e grupos étnicos.



Fonte: Falola; Heaton, 2015, p. xl.

O comércio desses centros anteriores à criação da Nigéria remonta a uma relação de troca entre as comunidades, que aproveitavam a disposição geofísica da região, especialmente os sistemas fluviais e as estradas, que serviam como vias comerciais. Essas sociedades se formaram a partir dessa interseccionalidade entre os processos sociais internos e a geopolítica, ou seja, as dinâmicas externas do comércio de longa distância existente. Havia, por exemplo, um forte comércio transaariano, que se estendia até o norte da África, Europa e Oeste Asiático. Além disso, existia a troca entre as regiões de savana, zonas florestais, zonas costeiras e ao longo da região oeste da África. Nessas trocas, comercializavam alimentos, couro, armas, animais, e também havia um intenso comércio de escravos mesmo antes da colonização britânica, e que se fortaleceu com o início dela. Esse evento marcou o início da transformação econômica da área que viria a se tornar a Nigéria.

A partir das reflexões de Orimolade e Iwu (2016, p. 45) que relacionam a teoria de Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky ao desenvolvimento do capitalismo na Nigéria e na área que precede a Nigéria, é possível afirmar que tanto a produção interna como o comércio de longa distância forneceram a base para a acumulação de excedentes nas formações sociais desse período, apesar de a dependência do comércio exterior variar de acordo com a acumulação de excedentes internos. Em muitas dessas sociedades existia a dificuldade das classes dominantes em acumular excedentes localmente, por isso se utilizavam do comércio de longa distância como ferramenta de consolidação do seu poder político e econômico.

Invariavelmente, a importância do comércio de longa distância como meio de reprodução social e política também apresentou implicações para a formação dessas sociedades, com a correlação entre o externo e o interno. Da mesma forma, Coquery-vidrovitch (1977, *apud* Orimolade; Iwu, 2016, p. 45) argumenta que a vida econômica das sociedades africanas anteriores à colonização era caracterizada pela justaposição de dois níveis aparentemente contraditórios: a subsistência local e o comércio internacional e transcontinental. Essa contradição em dois níveis demonstrava os limites estruturais existentes nessas sociedades em transcender a subsistência local para criar economias verdadeiramente integradas de maior complexidade.

Assim como em diversas regiões africanas, os povos que viviam na área que hoje corresponde à Nigéria de maneira assíncrona e combinada em relação à Idade da Pedra ou Período Paleolítico, aos poucos evoluíram da caça e do uso de ferramentas de pedra para a

agricultura e o estabelecimento de sociedades sedentárias. Os povos originários da região, como apontam Falola e Heaton (2008, p. 34), eram essencialmente indígenas em sua origem, passando por diversas transformações ao longo dos anos com a presença de outros grupos na região. A transição do nomadismo para sociedades sedentárias ao longo do território marcou o início do desenvolvimento das línguas e identidades sociais que se estabeleceram ali, constituindo parte da identidade da sociedade nigeriana moderna.

Esse processo também sinalizou o surgimento de sociedades políticas inicialmente descentralizadas, principalmente ao sudeste do que hoje é a Nigéria, que permaneceram assim em muitos casos, enquanto em outros casos evoluíram para sociedades centralizadas, principalmente ao norte dessa região que precede a Nigéria. Dessas sociedades políticas descentralizadas, originaram-se muitas outras sociedades, principalmente entre os séculos XI e XVI. Dentre essas sociedades, destacam-se os reinos estabelecidos em Ifé e Benin, ao sudoeste, o reino de Kanem-Bornu, na região do lago Chade, e a gama de sociedades políticas Hauçá. Também possuíam diferenças entre si, assim como apresenta Rosenberg (2006) quando trata da multiplicidade, visto que cada cultura em si compreendia uma multiplicidade de entidades e disputas internas, bem como as influências externas, compreendendo suas distintas intensidades no que tange a influência para aquela sociedade. Em relação a formação dessas sociedades, no que tange a influência externa trazida a partir do seu comércio, Falola e Heaton (2008, p. 34-35, tradução nossa) defendem:

Embora essas sociedades incentivassem a riqueza que os migrantes podiam trazer e adotassem atributos políticos, econômicos e culturais dos imigrantes quando conveniente, elas ainda assim mantinham sua origem africana. Estudiosos agora amplamente reconhecem que as estruturas sobre as quais as sociedades centralizadas foram formadas na região precederam a influência externa, e está cada vez mais claro que muitos das sociedades centralizadas que se desenvolveram em grande parte da área em questão surgiram a partir das formações descentralizadas que as precederam, e não apenas da influência externa de imigrantes.

Conforme apresentam Falola e Heaton (2008) em seu primeiro capítulo *Early states and societies, 9000 BCE – 1500 CE*, na região sul que hoje é a Nigéria estão presentes os grupos Ibo, Iorubá e Edo, cada qual com características sociais e políticas distintas. Os Ibo, situados ao sudoeste, organizavam-se de forma descentralizada, sem um rei, vivendo em vilas autônomas com estruturas de poder formadas por linhagens, grupos de idade, associações de titulados e sociedades secretas. Baseavam sua subsistência na agricultura e criação de pequenos animais, e produziam peças de bronze, ferro, cerâmica e cobre. Religiosamente, seguiam o Odinani, ainda que hoje a maioria de seus descendentes seja cristã. Os Iorubás têm

origem na cidade de Ifé, estabelecidos em reinos centralizados, como Ifé, Oiô e Benin, na região de Lagos. Destacaram-se no tráfico de escravos e no comércio transaariano, especialmente em contato com os Hauçás, os quais comercializavam seu povo. Seguiam uma religião própria, que hoje concorre com o cristianismo e o islamismo entre seus descendentes. O povo Edo, por sua vez, ocupava o Reino de Benin, localizado entre o território dos iorubás e o rio Níger. Benin era um reino centralizado, liderado inicialmente pela dinastia Ogiso, que, após alguns conflitos internos, deu lugar a uma monarquia dirigida pelo Oba. O reino expandiu-se, integrando várias comunidades, Ibo e Iorubá, tornando-se um centro imperial de relevância.

Na região norte do que hoje é a Nigéria, destacam-se os reinos Kanem-Borno, Hauçá e os Fulas. Os reinos Kanem-Borno, situados na área do Sahel, possuíam uma estrutura centralizada e estavam localizados em um ponto comercial estratégico, na rota do comércio transaariano. O principal grupo étnico de Borno era o kanuri, e a religião da região era sincrética, com forte influência do islamismo desde o século XI. Os Hauçás surgiram entre os séculos XV e XVI, estabelecendo cidades independentes na região entre o rio Níger e o lago Chade. Essas sociedades possuíam autonomia política e comercial. Os Hauçás se destacavam no comércio e eram conhecidos por seus tecelões, curtidores e artesãos de couro, além de sua indústria do ferro. A organização política tornava-se mais complexa à medida que o tecido social se desenvolvia, embora ainda se baseasse em laços de parentesco. Os Fulas, do grupo Fulani, segundo Croix (1945, p. 10-11) eram conhecidos pelo nomadismo, agricultura e criação de gado. Sua migração para o território de Hauçá e Borno ocorreu em busca de terras férteis entre os séculos XVII e XVIII. A interação entre Fulas e Hauçás resultou em uma amálgama social e no fortalecimento do islamismo na região, com os Fulas elevando-se a uma posição dominante nas cidades.

A chegada de missionários e pastores islâmicos, principalmente de origem fulani, ao território Hauçá causou a gradual conversão dos Hauçá ao islamismo, conforme consta em Falola e Heaton (2008, p. 29). Essa religião era politicamente importante para os Hauçá e Kanuri, do território de Borno, que, nesse mesmo período, também passava por uma conversão ao islamismo. Nesse contexto, o islamismo trazia vantagens políticas e aproximava os reinos de Hauçá e Borno do mundo islâmico e, conseqüentemente, da Europa, áreas com as quais mantinham relações políticas e comerciais. Isso fortaleceu a influência externa da região. No entanto, o islamismo praticado na área não poderia ser considerado ortodoxo, visto que a religião não ultrapassava totalmente as fronteiras dos centros políticos de poder da maioria dos reinos. Além disso, era amalgamado com as religiões indígenas pré-existentes,

embora em algumas regiões a islamização tenha sido mais forte, especialmente com a implementação da lei da Sharia. Com a islamização da região, expandiu significativamente também o comércio transaariano. As viagens a comércio também significavam uma tentativa de conversão aos povos que aqueles comerciantes islâmicos encontravam. Falola e Heaton (2008, p. 33, tradução nossa) exemplificam:

À medida que o comércio se expandiu para as savanas e o Sahel, o Islã se espalhou com ele. E, à medida que o Islã fincou raízes nas sociedades de Haussa e em Borno, mais comércio ocorreu. O Islã oferecia uma forma para os comerciantes se identificarem entre si, além de estabelecer valores e regras comuns para a condução do comércio. O comércio transaariano já existia muito antes do estabelecimento das sociedades haussa e de Borno e continuou sendo um fator importante nas economias das comunidades das savanas e do Sahel até o século XX.

Entre os séculos XIV e XVI, a escravidão e o comércio de ouro foram os principais motores da expansão do comércio transaariano. O ouro não servia apenas como moeda de troca na região do norte da África; nessa mesma época, as comunidades europeias também utilizavam o ouro como seu principal meio de troca comercial. As regiões do oeste da África, incluindo o oeste do que hoje é a Nigéria, possuíam grandes reservas de ouro, o que chamou a atenção dos países europeus. Assim, ao atingir o século XVI, a Europa já havia se estabelecido nas áreas da África onde o ouro e o comércio de escravos eram abundantes, estabelecendo pontos de troca e exportação. Também serviam os navios europeus, que segundo Falola e Heaton (2008, p. 34) se tornavam cada vez mais necessários ao transporte de mercadorias, e principalmente de escravos, o que fez com que se diminuísse gradualmente a importância das rotas terrestres e destaca-se o início do comércio transatlântico. Assim sendo, a conversão ao islamismo e a expansão dos territórios Hauçá e Borno como nexos para o comércio transaariano contribuíram para o crescimento do poder desses estados. Nestas áreas, grupos islâmicos se formaram em uma amálgama com os povos indígenas originários da região e deixaram um legado que permanece entre os povos que hoje habitam o norte da Nigéria, incluindo a ascensão do Boko Haram. Posteriormente, as regiões onde crescia a influência islâmica se tornaram o Califado de Sokoto.

2.2 Transformações políticas, econômicas e sociais na região em que hoje é o norte da Nigéria

Localizados ao norte do que hoje é a Nigéria e ao sul do que é o Níger, os reinos Hauçá e Fulani passavam por uma radical islamização a partir do *Jihad al-Asghar* (que se

refere aqui às ações externas em defesa da fé islâmica) que se estabelecia em seus territórios com início em 1804, liderado por Usman Dan Fodio, considerado, à época, uma autoridade nos aspectos religiosos do Islã. O jihad na região resultou no estabelecimento do Califado de Sokoto que, segundo Falola e Heaton (2008, p. 62), dedicou-se em purgar a região estabelecida em que consideravam existir um “Islã misturado” para ali recriar a sociedade perfeita estabelecida na Arábia sob a liderança do Profeta Maomé, fundador da fé islâmica. Em 1810, o Califado de Sokoto havia conquistado todas as áreas do reinado Hauçá, além de grandes áreas do território Borno, que agora estavam sob um governo islâmico. Neste tópico, abordaremos as transformações políticas, sociais e econômicas do século XIV ligadas ao processo de islamização dos territórios que hoje formam o norte da Nigéria, bem como as consequências desse processo para a formação cultural dos estados da região.

Apesar de o Jihad que estabeleceu o Califado de Sokoto ter oficialmente iniciado em 1804, suas raízes remontam ao século XVIII, conforme tratado anteriormente neste tópico. Durante esse período, imigrantes islâmicos influenciaram as regiões que hoje fazem parte da Nigéria e do Níger, adotando a religião de maneira não ortodoxa e sincrética com as religiões indígenas existentes. Essa abordagem resultou em uma adoção incompleta do Islã e das leis islâmicas nas políticas locais. Usman Dan Fodio defendeu a ideia de uma sociedade guiada pelos princípios clássicos do Islã. No entanto, a adoção do Islã na região ainda se dava de maneira heterogênea, ortodoxa em algumas partes e misturada em outras. Dentre os métodos adotados por Usman para a consolidação do islã, destacam-se:

Ele pregava para as massas, que, ele acreditava, praticavam um Islã misturado, sobre os métodos corretos de realizar os ritos e deveres religiosos. Ele também buscava conscientizar sobre as atividades anti-islâmicas que acreditava serem perpetradas pela elite governante Hausa. Esses pecados incluíam a falha em aderir ao código jurídico islâmico, a sharia; a cobrança de tipos de impostos que não estavam listados como aceitáveis no Alcorão; a escravização de muçulmanos; e a corrupção dos líderes, que exigiam subornos para favores políticos, viviam de forma ostensiva em palácios luxuosos, ignoravam a proibição islâmica contra vestimentas imodestas e não seguiam as restrições alimentares islâmicas. (Falola; Heaton, 2008, p.63, tradução nossa).

Assim, em um curto espaço de tempo, Usman Dan Fodio já havia unificado quase todo o território fragmentado de Hauçá em uma única sociedade islâmica, que se tornaria, nos 30 anos seguintes, uma das maiores sociedades estabelecidas no oeste do continente africano. Esse feito foi alcançado graças ao sucesso no Jihad e, principalmente, ao apoio de seus seguidores jihadistas, com destaque para seu filho Muhammadu Belo e seu irmão Abdullahi. Juntos a Usman Dan Fodio, dividiram o califado entre as regiões leste e oeste para

governarem conjuntamente. O califado era, a princípio, um conjunto de províncias descentralizadas intituladas emirados, comandadas por emires quase independentes, fiéis a Dan Fodio e ao Islã, que conquistaram seus postos ao participarem ativamente do Jihad ou por descendência. Após a morte de Dan Fodio, em 1817, Muhammadu Belo assumiu o posto de Califa e deu continuidade ao trabalho de seu pai, expandindo e fortalecendo o Califado de Sokoto.

A maior mudança promovida por Belo ao assumir como Califa foi a criação dos *ribats*, uma espécie de fortaleza que dividia as *Dar Al-Islam* (terras islâmicas) das *Dar al-Kufr* (terras dos infiéis). Essas fortalezas serviam como centros que reforçavam o poder do Califa e como símbolos de proteção das terras do califado, devido ao seu propósito militar, além de serem centros de difusão da cultura islâmica. Com os *ribats*, Belo pôde levar os ensinamentos e práticas do Islã para comunidades locais onde ainda havia uma prática sincrética do Islã com as religiões indígenas. No entanto, apesar da aparente estabilidade na época, as guerras pela disputa dos territórios do califado eram intensas e comprometiam a segurança e a estabilidade do califado a longo prazo. Além disso, o próprio poder do Califa não era igualmente aceito em toda a extensão territorial.

Com isso, o poder do califado encontrava-se instável tanto dentro quanto fora de seu território, e as tensões existentes se agravaram ainda mais com a morte do califa Muhammadu Belo em 1837. Ele foi sucedido por seu filho, Abu Bakr Atiku, que continuou a expansão e consolidação do califado. No entanto, segundo Falola e Heaton (2008, p. 65), sua morte abriu espaço para diversas revoltas nos Emirados, perpetuando o estado de instabilidade do Califado.

Após um longo período de instabilidade que perdurou ao longo do século XIX no Califado de Sokoto, marcado por diversas disputas internas e externas, o califado não conseguiu se estabelecer plenamente. Mesmo após anos, os califas ainda governavam sobre um território politicamente e culturalmente heterogêneo, onde persistiam práticas politeístas. Embora não tenham obtido total sucesso na conversão ao Islã, os feitos de Usman Dan Fodio e dos jihadistas que o seguiam tiveram um grande impacto econômico e cultural nos Emirados do califado. Com a chegada dos ingleses em 1903, grande parte da região da savana, ao norte do que hoje é a Nigéria, demonstrava uma certa unificação cultural, em parte devido à experiência coletiva de uma única sociedade islâmica. Sob o domínio colonial, essa região se tornaria o Protetorado do Norte da Nigéria e seguiria com a cultura islâmica em coexistência e de maneira sincrética com os avanços culturais postos pela colonização.

2.3 Transformações políticas, econômicas e sociais na região em que hoje é o Sul da Nigéria

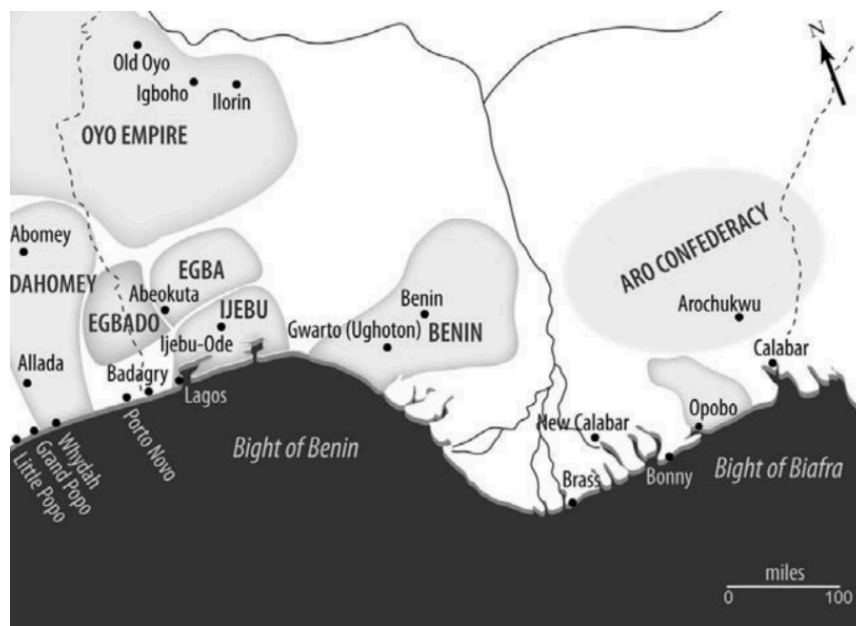
Nas áreas que precederam a Nigéria o processo de formação das comunidades se valeu de longos períodos e de maneiras distintas em cada uma das regiões que delimitam hoje as fronteiras do país. Durante os séculos XVI e XVIII, diversas sociedades se formaram e se fortaleceram através da agricultura, o que gerou excedentes que proporcionaram uma diversificação das economias regionais, que passaram por um movimento de expansão para o comércio em outras áreas. Essa expansão levou a um fortalecimento do mercado de escravos, que foi parte indispensável na formação social e política das sociedades da região. Neste tópico serão tratadas as transformações políticas, sociais e econômicas do século XIV ligadas ao comércio de escravos e a queda de grandes reinados dos territórios que formam hoje o sul da Nigéria e as consequências desse processo para a formação cultural das sociedades da região.

Com início em diversas partes da África, o tráfico de escravos se fortaleceu após o século XVI, o que atraiu ainda mais a atenção dos países europeus para o continente africano. Ao longo da faixa de Sahel e do deserto do Saara o mercado de escravos já existia mesmo antes da chegada dos europeus. No entanto, a presença dos europeus na região fortaleceu o comércio, bem como proporcionou o acesso a armas e luxos das terras européias que contribuíram ainda mais para o poder das regiões norte de Hauçá e Bornu, e para a difusão do islamismo no continente. Como resultado apontado por Duarte (2018) a África passou a ser parte do comércio triangular (Europa-África-América) enquanto fornecedora dessa mão de obra escrava para o domínio ultramarino. No entanto, o comércio de escravos das regiões ao norte do que hoje é a Nigéria não foram o foco principal, visto que ao longo dos anos esses reinos passaram a servir apenas como fornecedores de escravos para o sul do que hoje é a Nigéria e o comércio transatlântico que se iniciava nos portos da região com influência europeia.

O comércio de escravos no Atlântico no que tange a região da costa oeste do continente africano abrange todo o Golfo da Guiné, mais especificamente na região que precedeu a Nigéria com comércio nos Golfos de Benim e Biafra. Ao sudoeste da região que hoje é a Nigéria, no império de Oyo, de origem Iorubá, o comércio de escravos foi fator determinante para a política e a militarização da região, assim como na região sudeste, com o fortalecimento do império de Benin. No que concerne às formulações de Falola e Heaton

(2008, p. 39) apesar de existirem outros bens de troca importantes para as áreas em que se iniciava a dominação europeia, já no século XVII o comércio de escravos era dominante ao oeste do continente africano e representava uma amálgama dos modos de vida existente e aqueles que se estabeleceram no território com a participação dos povos que ali viviam no comércio transatlântico.

Figura 2: Golfos de Benim e Biafra



Fonte: Falola; Heaton, 2008, p. 52.

Diferente das regiões do comércio transaariano, em que os escravos tinham um papel social a cumprir e faziam parte integrada da sociedade, ao sul e sudeste, área costeira, esse comércio se deu de maneira distinta. O mercado de escravos após o século XVI passou a se destacar principalmente na área da costa do que hoje é o Estado nigeriano devido a sua localização estratégica no período em que o comércio de escravos foi determinante para as grandes navegações. Com o tempo, mesmo o comércio de escravos nas regiões do Sahara e Sahel passaram a ser direcionados para a costa, nos Golfos de Benim e Biafra - que constituem parte do Golfo da Guiné - ponto estratégico para o comércio transatlântico de escravos e predominantemente marítimo da época, e que impactaram nos âmbitos econômicos, políticos e sociais as comunidades da região..

Inicialmente, o comércio entre europeus e africanos se baseava em bens materiais de troca, principalmente o ouro, e em uma menor escala o comércio de escravos ficava em

segundo plano. Assim como formula Duarte (2018), com a invasão das Américas e da implementação do *plantation*¹, os escravos se tornaram um bem valioso nas trocas entre africanos e europeus no comércio transatlântico. Com isso, diversos portos de escravos foram se formando ao longo da costa africana, o que trouxe maior destaque comercial para as regiões costeiras, que com essa oportunidade poderiam expandir seu comércio de escravos. Devido a essa trajetória comercial das regiões anteriores à Nigéria, no século XIX o comércio de escravos com os europeus já havia se tornado parte integral das economias das sociedades na região sul do que posteriormente se tornaria a Nigéria, o que contribuiu para as mudanças que tomaram o território a partir de 1800.

Com o comércio de escravos e a tentativa de expansão do Jihad de Usman Dan Fodio, as terras Yorubá e o reino de Oyó estiveram durante os séculos XVIII e XIX em um período de extrema instabilidade, o que levou à queda do império de Oyó. Enfrentaram ataques externos e internamente enfrentaram diversos questionamentos de suas comunidades. Com isso, existiu um movimento de fragmentação e disputa nesses territórios. Os britânicos, que já se consolidaram na região a partir do comércio de escravos, viram nos conflitos a oportunidade de intervenção com negociações de paz que levaram a criação do Protetorado do Sul da Nigéria, com início do domínio colonial na região em 1893.

¹ Modo de produção agrícola muito utilizado na época das grandes navegações, baseado em latifúndios, monocultura de exportação e utilização de mão de obra escrava.

3. DISPUTA E OCUPAÇÃO NAS ÁREAS QUE PRECEDERAM A NIGÉRIA: IMPERIALISMO EM ROSA E A COLONIZAÇÃO BRITÂNICA NA REGIÃO.

Em teoria, a administração colonial britânica tinha como justificativa formal para a sua ocupação promover o progresso e a civilização dos povos locais considerados inferiores, o faziam a partir de uma reestruturação dos costumes, instituições e tradições que eram consideradas prejudiciais a esse progresso, destruíram sua economia para inserir então uma economia capitalista. Os verdadeiros motivos da colonização daquela região do oeste africano pode ser listada a partir de 3 principais pontos: fim da escravidão, comércio legítimo e imperialismo. Para Luxemburgo (1985) o capitalismo, ao se esgotar, necessita de meios não-capitalistas para continuar sua expansão, situação na qual configura-se o imperialismo, através da luta contra as estruturas sociais primitivas que se manifesta sob a forma de uma política colonial. No que tange o papel do saque colonial posto enquanto “comércio legítimo”, Karl Marx pontua em *O Capital* volume I (1867, *apud* Toussaint 2022), que tal ação se caracteriza enquanto parte dos processos de colonização idílicos da acumulação primitiva que sinalizam a era capitalista imperialista no seu amanhecer.

Antes de mais nada, para entender o processo colonizador posto na região anterior à Nigéria, é preciso diferenciar colonialismo e imperialismo, termos similares e que coexistem enquanto processos conjuntos. Para Suleiman (2021, p. 56) o colonialismo se configura enquanto o controle físico de um país sobre uma região, enquanto uma prática de dominação, e o Imperialismo se define enquanto a dominação econômica e política formal ou informal de um país para uma outra região, sendo a ideia por trás da dominação colonial. Por outro lado, para Ania Loomba (2005, p. 4-5) a definição de colonialismo e imperialismo depende do contexto histórico abordado, no que tange o mundo moderno no pós revolução industrial, o imperialismo é o estágio superior do colonialismo, portanto do capitalismo. Para a autora indiana, de maneira mais profunda, a colonização é a apropriação de territórios e de seus recursos, bem como de sua mão de obra, e a interferência nas estruturas políticas e econômicas desses territórios ou nações, enquanto o imperialismo é um sistema global que se utiliza dessa colonização para a expansão do capitalismo. Portanto, ambas as práticas estão inter-relacionadas em termos de poder e exploração nos processos modernos de acumulação capitalista.

Na obra *A Acumulação do Capital*, Rosa Luxemburgo (1985) aponta, em seus últimos capítulos, que o capitalismo deve se manter em constante expansão devido a sua necessidade de acumulação que ultrapassa as barreiras já consolidadas na Europa. Assim, invade e

manipula organizações sociais primitivas, se utilizando de sua mão de obra e das riquezas do território ligadas à formas de produção não-capitalistas, bem como se apropria dos seus meios de produção. “Trata-se de uma questão vital ao imperialismo capitalista a apropriação violenta dos meios de produção mais relevantes das colônias. Para tal, busca aniquilar as estruturas sociais não capitalistas das referidas colônias.” (Luxemburgo, 1985, p. 319). Com o avanço na produção de bens e a necessidade de se vender cada vez mais para obter mais ouro, buscavam nesses novos países a mão de obra para o crescimento da produção, e aumento da demanda para acompanhar o ritmo do crescimento material. Sobre a questão do imperialismo em Luxemburgo, Isabel Loureiro (2015, p. 97) pontua:

[...] foi a primeira teórica marxista a compreender o capitalismo como um sistema mundial. [...] ela aparece como a teórica que pela primeira vez deu lugar permanente, na civilização ocidental, aos países da periferia do capitalismo, não somente porque serviram como fonte de acumulação primitiva do capital, mas porque, desde a época da colonização até agora, foram um elemento imprescindível do desenvolvimento capitalista mundial.

A colonização do Reino Unido na área que precedeu a Nigéria se formalizou com a tomada de controle direto em 1861, após a ocupação de Lagos, pouco antes do Tratado de Berlim em 1878, que oficializou a presença britânica na região, segundo Falola e Heaton (2008, p. 85). Os interesses britânicos nas áreas que hoje compõem a Nigéria manifestaram-se de formas distintas, de acordo com as características de cada território: Lagos, Iorubalândia e Calabar, nas regiões sudeste e sudoeste; os emirados do Califado de Sokoto, ao norte; as regiões do Delta do Níger; e os entornos dos rios Níger e Benin. Em cada uma dessas regiões, as circunstâncias da colonização seguiram particularidades próprias, mas todas foram tomadas por meio de violência militar. Segundo Luxemburgo (1985, p. 319-320) é no meio violento em que se prossegue a marcha do processo capitalista de expansão e acumulação, o capital, nesse sentido, se utiliza do militarismo para assimilar, através do colonialismo e da política mundial, os meios de produção das áreas não-capitalistas do globo. Assim, em 1903, os avanços coloniais violentos resultaram na criação dos Protetorados de Lagos, do Sul da Nigéria e do Norte da Nigéria.

Nesse sentido, a expansão imperialista vem principalmente das dificuldades encontradas pelo capitalismo na Europa em manter sua reprodução ampliada². Quando se fala em reprodução ampliada, entende-se que o sistema capitalista atinge em certo ponto uma limitação dentro dos Estados capitalistas, e com isso busca expandir-se para territórios

² Ela (reprodução ampliada) busca constantemente a mais-valia que só pode ser conseguida pela produção. A caça ao lucro leva ao aumento indefinido da produção. (Lapidus e Ostrovitianov, 1944, p.101)

não-capitalistas, para que, com novas demandas, riquezas e mão de obra, possa dar continuidade a sua expansão. Mariutti (2015, p. 58) entende que esse processo ocorre em aliança com o Estado, que se torna um instrumento dos capitalistas para conquistar militarmente novas zonas do globo nas quais ainda existe espaço para essa expansão. Essa lógica expansionista, portanto, é mais que uma necessidade econômica, é um imperativo para a sobrevivência do capitalismo a partir do esforço forçado em mudar modos de vida que não se adequem a ele.

Portanto, a acumulação do capital não está contida apenas em uma ideia de capitalismo econômico, o modo de produção capitalista entende também o modo de vida que se encaixa nesse sistema. Quando Luxemburgo (1985) pensa a acumulação do capital, ela pensa para além de uma abordagem economicista, visto que a autora e revolucionária estava próxima da ideia de modo de produção capitalista enquanto uma totalidade, a partir da articulação das múltiplas dimensões da vida social. Com isso, aponta-se a possibilidade de articulação com as várias dimensões da vida social, como Trotsky entende a multiplicidade de dimensões que afetam a vida.

Entende-se, então, que essa ocupação anglicana em diferentes partes da região se deu por razões distintas, o que influenciou na clara desigualdade existente hoje entre ambas as áreas. No ano de 1914 as áreas da Colônia e Protetorado do Norte Nigeriano e do Sul Nigeriano - já o Protetorado de Lagos anexado ao Protetorado do Sul - viriam a se juntar e se tornar a Nigéria nos moldes que ainda se mantêm hoje. Apesar dessa junção, se mantiveram as divisões cultural, política e econômica entre norte e sul. Enquanto o sul era uma colônia de povoamento em que a exploração gerava riqueza para a população em sua maioria de ancestralidade britânica e que absorveu fortemente suas influências, a colônia do norte se concentrava em exploração. Ademais, nesta perspectiva de desenvolvimento desigual e combinado envolvendo as duas regiões, o norte se tornou uma fonte de um verdadeiro exército industrial de reserva de mão de obra barata, dependente e migrante, fenômeno continuado extensivamente após a Segunda Guerra Mundial, assim como expressa Freund (1981, p. 37). Por isso, mesmo hoje, existe uma dicotomia entre as regiões, conforme consta em Fillipi e Xavier (2017, p. 78): o sul ainda possui melhor infraestrutura e maiores avanços econômicos, além de sua população ser de maioria cristã que recebe a educação exportada dos países dominantes do capitalismo, enquanto o norte é mais explorado e pobre, de maioria muçumano e que busca manter as culturas regionais longe das influências europeias.

A separação entre as regiões se torna ainda mais clara quando são abordados os movimentos extremistas, que são mais fortes ao norte. Nesse sentido, conforme Luxemburgo

(2010, p. 55 *apud* Mariutti) se é a política mundial o teatro de conflitos ameaçadores, é por se terem já os antagonismos europeus existentes transportados para os outros continentes para ali explodir. Devido ao fato da colonização britânica ter, naturalmente, com a presença de riquezas naturais ao sul, se estabelecido nessa região, o norte foi alvo da exploração de sua mão de obra, que era levada para as minas, e por isso a área do norte foi exaurida em todos os sentidos.

Assim escreve Luxemburgo (1985, p. 32-33) sobre a expansão violenta do capitalismo imperialista:

Como as organizações sociais primitivas dos nativos constituem os baluartes na defesa dessas sociedades, bem como as bases materiais de sua subsistência, o capital serviu-se de preferência, do método da destruição e da aniquilação sistemáticas e planejadas dessas organizações sociais não capitalistas, com as quais entra em choque por força da expansão por ele pretendida. No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômico-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios de produção e pelo roubo de sua força de trabalho.

Tal ressalva nos subsidia para explicar a análise da expansão britânica sob as áreas que precedem a existência da Nigéria, que veio em um movimento de sustentar o capitalismo que se expandia, em uma clara posição de topo, em relação à periferia africana, em todos os sentidos de vantagem exploratória, desde econômica à política. Essa invasão violenta do território levou a consequências políticas, sociais e econômicas de longo alcance e que serão trabalhadas ao longo desse tópico, sob o objetivo de reconstruir a formação da Nigéria enquanto país, enquanto uma estrutura instável social e politicamente e construída sob diversos conflitos, aqui focados no surgimento do Boko Haram, um dos grupos fundamentalistas mais fortes existentes hoje na região norte do país.

3.1. Chegada dos ingleses no século XIX

Existiam três principais motivações para que o Reino Unido se estabelecesse oficialmente na região que antecedeu a Nigéria. Em primeiro lugar, os britânicos perceberam a necessidade de uma forte presença política na área devido à aproximação de expedições comerciais e militares francesas e alemãs próximas à sua zona de influência, com destaque para os rios Níger e Benue, que eram navegáveis e permitiam expedições comerciais e militares. Além disso, os interesses comerciais britânicos impulsionaram um intenso lobby

político em favor de uma intervenção para regular o comércio, especialmente diante da acirrada disputa entre as práticas monopolistas dos intermediários indígenas e as empresas britânicas. Por fim, com a intensificação da disputa pelo continente africano, após a Conferência de Berlim, os britânicos decidiram tomar controle direto de suas zonas de influência para evitar que fossem ocupadas por outras potências europeias, principalmente França e Alemanha, que mostravam interesse crescente na região.

Segundo Igbineweka (1979, p. 2) os motivos para esses avanços britânicos eram complexos e contraditórios. Havia, nesse sentido, um consenso entre os britânicos de que seus interesses seriam melhor atendidos por meio da influência que exerciam nos assuntos locais das comunidades indígenas, como as trocas comerciais e as relações pessoais. A princípio, adotaram uma abordagem intermediária, conciliando os interesses britânicos com os líderes indígenas. No entanto, ao longo do tempo, passaram a exercer um controle direto sobre a região, o que culminou na unificação dos Protetorados do Norte e do Sul da região em 1904. Essa centralização de poder se tornou um desafio para a futura luta pela independência do país, que surgiu em meio aos avanços coloniais britânicos.

Assim como formulam Falola e Heaton (2008, p. 86), os primeiros sinais da colonização do Reino Unido nas áreas que precederam a Nigéria vieram na forma de missionários cristãos que se estabeleceram na região. Com a abolição da escravatura pelos britânicos em 1807, esses tinham como motivação aparente converter o comércio de áreas em que o comércio de escravos era candente para áreas de comércio “legítimo”, e mais profundamente buscavam civilizar os povos que ali viviam para que se convertessem ao cristianismo. Por mais que os interesses dos missionários divergissem aos objetivos políticos e militares britânicos, se utilizavam de seus meios de proteção e assistência. Apesar dos primeiros sinais de intervenção de missionários nas áreas que precederam a Nigéria retomar meados do século XV, sua influência apenas se consolidou realmente a partir da segunda metade do século XIX, com maior impacto ao sul, onde enxergaram um ambiente viável à difusão do cristianismo. A partir de 1840, as atividades missionárias se expandiram rapidamente, no entanto encontraram ao norte, nas regiões islâmicas do Califado de Sokoto, um obstáculo à sua influência.

Alguns líderes indígenas permitiam influência britânica nas regiões que comandavam, na esperança de que fossem grandes aliados que os ajudariam a alcançar ainda mais poder local. A partir de uma perspectiva espiritual, alguns desses líderes acreditavam que convidar o “Deus” cristão para suas comunidades lhes concederia uma vantagem sobrenatural contra rivais locais. No comércio, a intervenção britânica trouxe para a região o ensino do inglês, o

que facilitou as relações comerciais com países de língua inglesa. O que eles não esperavam eram os verdadeiros interesses dos missionários em suas áreas, que buscavam acabar com o comércio de escravos para promover o comércio “legítimo” e avançar suas missões de cristianização. Tampouco previam as consequências de permitir o acesso do Reino Unido às suas áreas de influência, nem que seriam incapazes de resistir de maneira plena aos avanços da colonização. Assim como consta em Falola e Heaton (2008, p. 85, tradução nossa):

Também influenciando os processos políticos, econômicos e sociais estava a crescente influência dos agentes britânicos, na forma de missionários cristãos, interesses comerciais e oficiais políticos, todos eles principalmente preocupados em ampliar a influência britânica contra o que consideravam as atividades nefastas de governantes indígenas e de outras potências europeias, notadamente França e Alemanha. O poder e a influência britânicos tornaram-se palpáveis a partir de meados do século XIX, e, ao final do século, as circunstâncias levaram a uma convergência de interesses britânicos que resultou na ocupação colonial dos territórios que se tornariam a Nigéria.

Na segunda metade do século XIX as atividades comerciais britânicas já resultavam em grande influência nas políticas das sociedades indígenas da região que precedeu a Nigéria. Os britânicos avançaram nas terras indígenas e ditaram seu comércio, e então, com o declínio do comércio de escravos nos anos que seguiram à abolição, o comércio de produtos de palma cresceu, visto que representava poucas barreiras comerciais, diferente do comércio de escravos, e também por que cresciam em abundância no Golfo de Biafra. Como resultado dessa atuação nas regiões ao sul da área que se tornaria a Nigéria, cresceram as competições ao Delta do Níger e em Calabar entre os produtores africanos e intermediários do comércio local, junto a isso ainda eram de forte presença as empresas comerciais britânicas, o que resultou em alta tensão e grandes disputas entre as empresas estrangeiras e comerciantes locais. Como estratégia, as empresas britânicas ofereciam créditos exorbitantes os quais os comerciantes locais seriam impossibilitados de quitar, e por isso ficavam presos a essa empresa, mesmo que desejassem trocar por alguma com melhores ofertas.

Nesse sentido, Luxemburgo (1985) em seu capítulo *O Empréstimo Internacional* argumenta que a fase imperialista da acumulação do capital, para além do que já foi apresentado, também abrange a emancipação capitalista dos países atrasados através da imposição de sua industrialização em benefício do sistema capitalista como um todo. Essa emancipação dos países atrasados é parte necessária da destruição das formas de sociedade procedentes da época da economia natural e da economia simples de mercado, com o objetivo

de incorporar nessas comunidades um aparelho estatal que se adeque à produção capitalista e seu sistema global, utilizando, para isso, os empréstimos internacionais como um de seus métodos.

Apesar das tensões, as empresas britânicas dependiam desses intermediadores do comércio para principalmente a logística do comércio na região que estava se tornando a Nigéria, principalmente por não conhecerem a sua geografia fluvial. Apenas esses intermediários comerciais sabiam como chegar da costa até o interior, e por isso tinham maior controle das trocas no interior. No entanto, os britânicos se aproveitaram desse conhecimento para aos poucos explorar também os interiores da região que hoje é a Nigéria, utilizavam principalmente o rio Níger em suas descobertas:

Mungo Park, que viajou de Tombuctu para o Níger em 1805, foi o primeiro europeu a descobrir que o rio corria para leste. Contudo, morto em Bussa, Park não conseguiu seguir o rio até ao seu término. Na década de 1820, Clapperton revelou que o Níger fluía através de Hauçalândia e, após sua morte, seu servo Richard Lander seguiu o Níger até sua confluência com o Benue. Em 1830, Lander e seu irmão conseguiram viajar de Bussa a Brass, no delta do Níger, provando que o Níger era um dos rios comerciais mais longos e promissores do mundo. (Falola; Heaton, 2008, p.91, tradução nossa)

A descoberta dos britânicos em relação aos caminhos que o rio Níger seguia levou a tentativas de se espalhar a influência dos missionários religiosos e do comércio britânico também nos interiores da área em pauta. Segundo Falola e Heaton (2008, p. 88) a demonstrada possibilidade de que os comerciantes estrangeiros pudessem ultrapassar o poder dos intermediários comerciais que dominaram o comércio por séculos mostra a ameaça de destruição das economias locais em prol dos avanços econômicos da metrópole britânica. Com isso, as circunstâncias locais apontadas pelos missionários cristãos e por esses comerciantes estrangeiros demonstraram a necessidade de se adotar uma abordagem mais direta no que tange a interferência política estrangeira nas regiões da atual Nigéria.

Outra questão que levava ao direcionamento direto da região da atual Nigéria vinha da ameaça da iminente disputa do território entre britânicos e os franceses e alemães, como também consta em Falola e Heaton (2008, p. 85-86). Esses novos avanços para áreas não colonizadas no continente africano levou à Conferência de Berlim em 1884-1885, que resultou nas regras para a ocupação dos territórios da África e a divisão estratégica desses entre os europeus que ali avançavam. Uma das regras mais importantes para o controle das áreas do continente era a prioridade para a nação já estabelecida anteriormente em alguma área, o que poderia ser comprovado através de tratados de proteção com líderes indígenas

locais para a criação de protetorados, ou mesmo, caso os tratados não sejam efetivos, a ocupação por meio da força militar. Os britânicos temiam que se os avanços franceses e alemães atingissem o controle que buscavam da região em torno do rio Níger, o que poderia representar uma ameaça ao controle britânico da região até então ocupada por eles e das relações comerciais estabelecidas entre o as empresas britânicas e os comerciantes intermediários. Com isso, estabeleceram os Protetorados de Lagos, do Sul e do Norte da Nigéria.

3.2. Estabelecimento do Protetorado do Sul da Nigéria

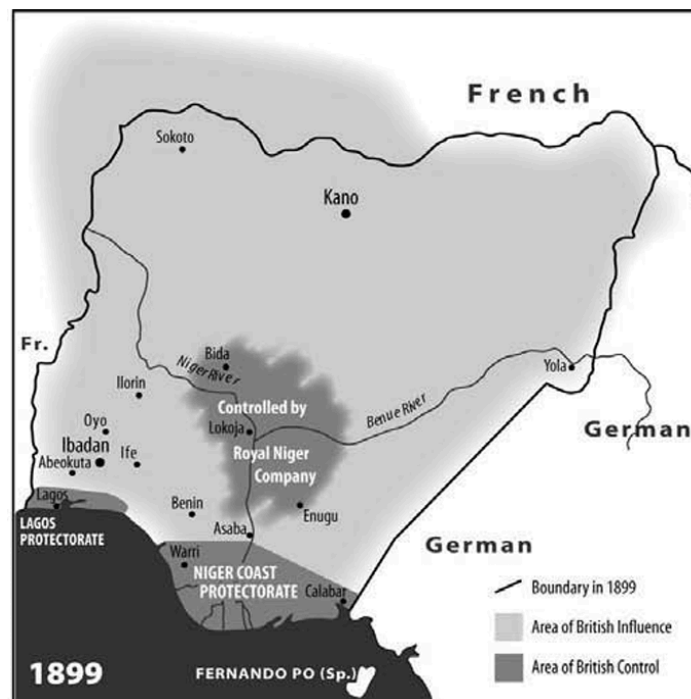
A colonização britânica nas regiões em que hoje se encontra a Nigéria se iniciou com a ocupação de Lagos no Golfo da Guiné em 1861, que a partir daí se espalhou pelo interior do território, sendo a base principalmente das ocupações em Iorubalândia. Os avanços dos missionários cristãos, das empresas de comércio britânicas e principalmente a divisão territorial feita através da Conferência de Berlim, levaram o Reino Unido a buscar maior influência a partir de avanços políticos nas regiões costeiras dos Golfos de Benim e Biafra que levaram a conquista de controle direto das regiões. Após a anexação da região costeira, os interesses políticos britânicos avançaram para terras interiores e anexaram os territórios da região Iorubá, bem como os territórios em torno dos rios Níger e Benue.

A interferência direta do Reino Unido em Lagos se iniciou em 1851, quando, conforme apresenta Falola e Heaton (2008, p. 93), missionários cristãos que atuavam na região procuraram John Beecroft, explorador e cônsul britânico das Baías de Benim e Biafra, para que interviesse militarmente na região com o objetivo de destituir o então Rei de Lagos, Kosoko, que agia de maneira beligerante em relação a atuação dos missionários e comerciantes britânicos na região, devido principalmente ao seu interesse em manter o comércio de escravos independente da sua proibição. Portanto, Kosoko representava uma ameaça para a segurança e levou John Beecroft a mandar um bombardeamento a Lagos, forçando Kosoko a fugir. Em seu lugar entra Akitoye, que comanda sob a assinatura do tratado anti comércio de escravos. No entanto, Akitoye e seus sucessores falham em trazer estabilidade para a região, e por isso, em 1861, Lagos foi anexado como a primeira colônia britânica do que estava se tornando a Nigéria.

A primeira intervenção no interior da região, conforme Falola e Heaton (2008, p. 94) veio em 1886 em terras Yorubá, em que o Reino Unido avançou no sentido aparente de pôr fim à Guerra Ekiti-parapo que ocorria entre os povos Iorubá de Ibadan e a aliança dos povos

Iorubá de Ekiti, Ijexá, Egbá, Ijebu, e Ife. Os britânicos intervieram na guerra sob o pretexto de atuarem enquanto pacificadores da longa disputa que já durava 15 anos, no entanto, embora a interferência externa tenha posto fim à guerra, não foi sem interesses particulares na região. Sendo assim, o Reino Unido promoveu um tratado de paz que encerrou a guerra, as regiões da guerra signatárias do contrato declararam então poder ao Reino Unido para a intervenção em qualquer disputa na região e ainda promover o livre comércio na região, o que servia para atender aos interesses comerciais da colonização que se iniciava ali. Com isso, avançaram para outras regiões do território Iorubá e em 1893 a maioria dos líderes Iorubá já haviam assinado um novo tratado de proteção que garantia o controle da região pelos britânicos e tornava essas regiões parte do Protetorado de Lagos. Por fim, a única sociedade que havia resistido era Oyo, que foi forçada a se submeter ao controle colonial em 1894.

Figura 3: Áreas de dominação colonial nas regiões que precederam à Nigéria



Fonte: British Colonial Nigeria (courtesy Saverance Publishing Services), *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 94.

A principal retórica para as colonizações dos portos do Golfo de Biafra e os de Iorubalândia foi a promoção do antiescravismo e dos interesses comerciais na região. Existia uma intensa competitividade no âmbito comercial nessa região e seus comerciantes, tanto indígenas locais quanto as empresas britânicas dependiam do cônsul britânico para manter a

paz na região, mantendo equilíbrio e resolvendo disputas, o que colocou o cônsul em uma posição de poder enquanto sua função de intermediário. Assim como apontado por Falola e Heaton (2008, p. 95) quando surgiam disputas sobre os reinados ou as chefias, os favoritos do cônsul geralmente acabavam vencendo, assim, com o tempo, o cônsul tornou-se algo como um marionetista, capaz de colocar em posições de autoridade aqueles que estivessem dispostos a seguir suas políticas. Com isso, existiram diversos tratados de proteção que submetiam os chefes e o comércio locais principalmente a uma plataforma antiescravidão, bem como deveriam permitir o livre comércio em seus territórios e se submeterem à soberania do Estado britânico. Igbneweka (1979, p. 2, tradução nossa) formula a respeito desses interesses:

Muitos ingleses, tanto dentro quanto fora do governo, de fato, defendiam a ocupação da área para suprimir o tráfico de escravos. No entanto, essa ambição “humanitária”, em termos gerais, não foi tão significativa quanto os interesses políticos e econômicos. A importância da hidrovia do Níger, a rivalidade com a França e outras nações marítimas, bem como o trabalho missionário, levaram a Grã-Bretanha a adotar uma política de expansão e a proclamar um protetorado, estabelecendo assim as bases para a Nigéria moderna.

O Reino Unido, nesse sentido, não mediu esforços no sentido de demonstrar que os britânicos eram a nova força da região e que usariam de meios militares se necessário para conquistar as terras que buscavam. A função do cônsul era se estabelecer nas regiões anexadas e conquistar e manter a soberania britânica através a princípio de tratados que abrangiam principalmente anti-escravidão, livre comércio e submetiam os povos ao comando do Reino Unido. Caso esses tratados não fossem cumpridos, a retaliação vinha por meio da força, o que impunha respeito dos povos indígenas aos britânicos sob medo de sofrerem as mesmas retaliações daqueles que desobedeciam aos interesses postos pela força colonizadora que se estabelecia então na região precedente da Nigéria. O exemplo trazido por Falola e Heaton (2008, p. 96, tradução nossa) demonstram a atuação britânica na época:

O crescente poder do cônsul a partir de meados do século XIX pode ser observado no caso de Calabar. Os reis das duas cidades mais poderosas de Calabar, Eyo II de Creek Town (frequentemente referido pelos agentes britânicos como Rei Honestidade II, devido à sua atitude pró-britânica) e Eyamba V de Duke Town, ambos receberam missionários cristãos em 1846, acreditando que isso fortaleceria as relações com o cônsul britânico e, conseqüentemente, aumentaria o comércio e o apoio político. Os missionários, no entanto, estavam preocupados com a persistente prática ritual de sacrifício humano de escravos em Calabar e pressionaram o cônsul, Beecroft, a intervir para acabar com a prática. Beecroft negociou um tratado em 1850 com Eyo e Archibong I, que sucedeu Eyamba em 1849, proibindo o sacrifício humano e o assassinato de gêmeos, uma prática comum entre os Efik. Quando Old Town, um vizinho mais fraco de Creek Town e Duke Town, sacrificou um número

de escravos em 1855, Beecroft demoliu a cidade por meio de bombardeio e forçou seu rei a assinar um tratado semelhante como condição para a reconstrução. Nessas circunstâncias, o rei teve pouca opção além de concordar. Beecroft também havia se tornado o responsável pela nomeação dos reis de Duke Town nesse período, sendo diretamente responsável pela ascensão de Archibong I ao trono em 1849, bem como de seu sucessor, Duke Ephraim, em 1852. O apoio de Beecroft a esses governantes, claro, estava condicionado à promessa de manter boas relações com os britânicos, o que, em última análise, significava fazer o que o cônsul desejava.

Os avanços franceses na região ficaram claros quando esses passaram a atuar no Delta do Níger em 1880, e posteriormente em outras partes do Níger. Assim como os franceses, os alemães também passaram a se estabelecer na região, se aproximando de Calabar e das regiões ao leste em torno do Rio Benué, e anexando Camarões em 1884, em tempo para a Conferência de Berlim. Na época em que se iniciou a Conferência, o Reino Unido já estava ameaçado territorialmente nas áreas que hoje formam a Nigéria e, através da figura dos cônsules buscavam convencer os líderes locais a assinarem tratados de proteção que davam aos britânicos o poder de controle sobre as regiões nas quais possuíam tratados, podendo então realizar relações exteriores em nome dos territórios, bem como interferir nas políticas locais sob o pretexto de que buscavam a paz e o direito ao livre comércio. Com esses tratados, em 1891, Sir Claude MacDonald se tornou cônsul geral da região costeira que a partir de 1893 foi nomeada Protetorado da Costa do Níger, próximo territorialmente do Protetorado de Lagos, com o qual foi anexado em 1900 pelos britânicos formando o Protetorado do Sul da Nigéria.

3.3. Estabelecimento do Protetorado do Norte da Nigéria

Após se estabelecer no sul da região e torná-la Protetorado, o Reino Unido passou a se expandir oficialmente para o norte por meio da concessão de uma carta real à Companhia Real do Níger (*Royal Niger Company*, RNC) que dava direito à negociação de tratados, ao controle da administração das políticas do comércio local e de combater ativamente o comércio de escravos. Com isso, conforme Falola e Heaton descrevem (2008, p. 99) os britânicos tinham o objetivo de possuir domínio dos rios navegáveis do interior da região, desde o Delta do Níger, passando pelos rios Níger e Benue, até Yola. A princípio, os britânicos não declararam diretamente um protetorado nesses territórios, mas sim deram poder à companhia de George Goldie para administrar a região, tornando-a um monopólio comercial, visto que com sua estratégia trabalhou para eliminar qualquer concorrência nos rios, seja local ou estrangeira, fugindo da proposta de livre comércio presente na carta real.

Do ponto de vista do parlamento britânico, a concessão da carta real foi inicialmente uma decisão inteligente. A administração dos "Territórios do Níger", como eram chamados na carta, seria conduzida pela própria Royal Niger Company e financiada pelas receitas da empresa, e não pelo governo britânico. Ainda assim, a carta estabeleceu uma esfera de influência britânica sobre os rios Níger e Benue e aparentemente impediu que França e Alemanha conseguissem se firmar nessas vias fluviais estrategicamente e comercialmente importantes. (Falola; Heaton, 2008, p. 99, tradução nossa)

O monopólio da RNC não era bem visto pela comunidade europeia, segundo Falola e Heaton (2008, p. 100) que reconhecia que George Goldie apenas obteve êxito porque transferiu o poder do monopólio dos comerciantes intermediários locais para o monopólio de sua própria companhia, realizando o trabalho de eliminar toda a livre concorrência existente. Com isso, entre 1889 e 1891 em sua administração foram realizadas investigações a respeito das ações da companhia, as investigações foram conduzidas pelo Ministério das Relações Exteriores, da Comunidade e do Desenvolvimento (*Foreign, Commonwealth and Development Office*, FCDO) do Reino Unido, pelas mãos de Claude MacDonald, que não foi contrário à continuação da atuação da companhia na região, mas propôs diversas reformas para eliminar o monopólio da companhia. No entanto, as reformas nunca foram implementadas devido às ameaças de aproximação dos franceses e alemães na região, por isso, para manter o território sob controle britânico, a RNC continuou monopolizando a região como antes.

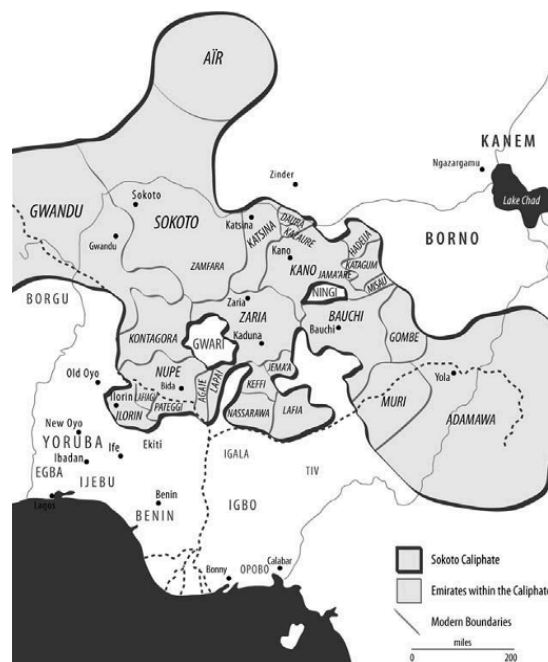
No final do século XIX a RCN se encontrava em declínio, demonstrando ineficiência em promover a paz, a estabilidade política e principalmente o livre comércio, o que levou o Reino Unido a adotar a administração colonial direta dos territórios, conforme Falola e Heaton (2008, p. 101). No dia primeiro de janeiro de 1900 a RNC deixa então de ser a autoridade administrativa das regiões e chegam ao fim suas atividades monopolistas. Ao sul, as regiões próximas do Delta do Níger foram amalgamadas no Protetorado da Costa do Níger e posteriormente anexadas ao Protetorado do Sul do Níger, e os territórios ao norte da região se tornaram o Protetorado do Norte da Nigéria. A reorganização dos territórios nos Protetorados do Norte e do Sul demonstra os interesses britânicos em tomar agora total controle dos rios Níger e Benue.

Com o então Protetorado do Norte da Nigéria, buscaram se expandir para as regiões do Califado de Sokoto, visto que a sua existência representava uma ameaça para a estabilidade do controle Britânico na região. A presença do califado poderia levar a revoltas

internas nos territórios controlados pelo Reino Unido e também existia grande proximidade dos franceses que poderiam conquistar o califado, e conquistando o território poderiam avançar para as áreas dos Protetorados, ameaçando, dessa forma, o controle britânico na região. Frederick Lugard era na época o administrador colonial do protetorado e em seu poder decidiu que a única forma de impedir os avanços franceses e mulçumanos no território seria a partir da conquista militar do Califado de Sokoto e a sua incorporação ao Protetorado do Norte.

Conforme apresenta Kuna (1998, p. 85) o Califado de Sokoto tinha uma natureza descentralizada e por isso sofria a falta de um exército militar verdadeiramente combativo. Tal fato os levou a grande dificuldade para que pudessem se defender das tropas britânicas que avançavam sob o comando de Lugard. O primeiro ataque ao território levou à consolidação do controle do Reino Unido nos emirados de Bida e Kontagora na região do rio Níger e Yola na região do rio Benue, locais nos quais os emires foram destituídos e substituídos por emires que demonstraram disposição para se submeterem à autoridade de Frederick Lugard. Após essa conquista, as tropas britânicas moveram-se para conquistar Bauchi, Gombe e Zaria, conquistados em 1902. O maior desafio das forças britânicas era a conquista de Kano e Sokoto, nos quais existiu forte resistência por parte dos emires e suas tropas, no entanto em 1903 as tropas britânicas já haviam também conquistado controle das regiões e em 1904 também Borno já estava sob controle britânico. Com isso, se completou a conquista do califado, agora sob controle de Lugard, e os territórios foram também incorporados ao Protetorado do Norte da Nigéria.

Figura 5: O Califado de Sokoto



Fonte: Falola; Heaton, 2008, p. 66

3.4. Período colonial

A colonização do Reino Unido na região dos Protetorados do Sul e do Norte nigerianos trouxe diversas mudanças para as comunidades locais. Essas mudanças visavam promover o “progresso” e a “civilização” para esses povos considerados inferiores e atrasados, no sentido de assimilarem o desenvolvimento dentro do sistema capitalista, de maneira particular entendendo os distintos ritmos de desenvolvimento entre as sociedades. Nesse sentido, Trotsky (1978, *apud* Orimolade; Iwu, 2016, p.47) defende que as especificidades do desenvolvimento capitalista em contextos coloniais são derivados de condições históricas únicas, entendendo como tanto fatores internos - como a estrutura social e política local - quanto fatores externos - como os avanços do capitalismo através da colonização - interagem enquanto parte de múltiplas dimensões para atingir esse capitalismo único.

Por isso, nos anos posteriores à oficialização da colônia britânica na região que antecedeu a Nigéria, o Reino Unido buscou reestruturar a sociedade local aos moldes econômicos, sociais e políticos da metrópole. Os costumes e instituições locais eram considerados prejudiciais pelos colonizadores, que utilizavam esse argumento como justificativa para interferir, muitas vezes de forma violenta, alterando tais costumes em benefício de seus próprios interesses. As políticas coloniais, fundamentadas nessa ideia, provocaram grandes alterações nas sociedades locais, especialmente no Protetorado do Sul da Nigéria, onde foram implementadas mudanças significativas nas instituições políticas e nas orientações econômicas e culturais da região.

Os termos “progresso” e “civilização” se encontram entre aspas visto que se configuram como parte da justificativa colonial, e não se encaixam enquanto representações concretas da realidade do colonizado. Progresso, no sentido capitalista, no que se valem dos argumentos de Almeida e Lima (2016, pg. 69) está ligado ao capital enquanto categoria política e econômica, e que gera uma problemática no sentido do desenvolvimento dessas nações a partir dos ideais de desenvolvimento europeu capitalista. De acordo com a teoria de Desenvolvimento Desigual e Combinado de Trotsky tratada anteriormente, pressupõe-se um atraso e a ideia de desenvolvimento incompleto dessas sociedades, que divergem do modelo de desenvolvimento capitalista, resultando na imposição de um ideal britânico às sociedades

atrasadas dos Protetorados. Assim, uma narrativa homogênea de progresso e modernidade é trazida aos colonizados, utilizando termos contraditórios em relação aos avanços históricos particulares decorrentes da expansão do capital na região.

À luz dos conhecimentos de Trotsky, todos os fenômenos históricos possuem dimensões desiguais inseridas numa totalidade combinada numa relação dialética entre nacional e internacional dentro das particularidades histórico-espaciais. Em termos do objeto em tela, é possível identificar as desigualdades nos processos que dizem respeito à busca por colônias na dinâmica imperialista envolvendo áreas com distintos graus de complexidade e de desenvolvimento no capitalismo. A expansão em direção à área colonial que deu ensejo posteriormente à Nigéria seguiu tal lógica. Ao mesmo tempo, historicamente as estruturas desiguais de colonização resultaram em brutais diferenças entre sul, mais desenvolvido economicamente e norte, considerado atrasado aos padrões do colonizador. Como é comum em processos que envolvem grandes desigualdades e pobreza e como uma hipótese preliminar, tal disparidade pode ser um dos grandes estopins para a mobilização em torno de ideias fundamentalistas, como parece, em certa medida, ser o caso em pauta.

Durante a primeira metade do período colonial, a administração colonial britânica adotou o conceito de “regra indireta” que cooptava reis e chefes locais como os mandantes diretos à mando da metrópole em cada um dos protetorados, conforme Falola e Heaton (2008, p. 93). A princípio, a administração colonial operava de distintas maneiras em cada uma das regiões as quais ocupavam, devido principalmente à diversidade de organizações políticas presentes nas áreas dos protetorados. Apenas com a amálgama dos protetorados do norte e do sul nigerianos é que foi possível adotar um único modelo de administração, ao estenderem por todo o território a estrutura específica do governo indireto desenvolvida por Frederick Lugard no Protetorado do Norte da Nigéria, que se caracterizava por uma alienação dos líderes e autoridades tradicionais a partir de uma associação com as políticas e atividades econômicas do regime colonial.

Os líderes locais sabiam que a única maneira com que poderiam manter seu poder seria por meio da submissão aos oficiais britânicos, que reforçavam a todo momento as diretrizes coloniais. O modelo econômico imposto à colônia tinha como principal foco a expansão dos mercados tanto de importação quanto de exportação, por meio do aumento da produção de cultivos agrícolas e minerais que eram exportados e utilizados como matéria prima na Europa. Na época eram plantados para o comércio principalmente: cacau, amendoim, algodão, óleo de palma e borracha. O modelo de exportação e importação utilizado se assemelha às atividades econômicas que existem hoje entre as potências

capitalistas e os países de capitalismo menos desenvolvido, em que se exporta matéria prima e se importam produtos manufaturados e bens de luxo, perpetuando uma dinâmica de dependência econômica.

Para Luxemburgo (1985, p. 292), a lógica da troca desigual resulta do esgotamento da possibilidade de acumulação nas metrópoles, onde já não havia nenhuma necessidade de produtos excedentes, diferente das colônias onde não havia produção capitalista desenvolvida, e portanto surge uma nova demanda nas camadas não capitalistas. Rosa afirma, nesse sentido, que o objeto da produção capitalista não é o consumo dos produtos, mas a mais-valia³, a própria acumulação que leva a esse modelo econômico nas colônias.

As mudanças nas estruturas políticas e econômicas da colônia também levaram a mudanças sociais significativas, à medida que necessitavam do trabalho assalariado, migravam cada vez mais povos tradicionais para as áreas urbanas, onde buscavam emprego no serviço colonial e nas empresas coloniais do comércio. No Protetorado do Sul da Nigéria, onde se concentrava a atividade econômica, cada vez mais indicava mudanças no que tangiam os papéis tradicionais masculinos, femininos e de idade, conforme formulam Falola e Heaton (2008, p. 111) para que se adequassem às exigências de trabalho do regime colonial. Com isso, na região, surgiu uma nova classe de povos que se converteram ao cristianismo e se alfabetizaram na língua inglesa, muitos também foram estudar na Europa e retornaram para difundir os ideais europeus que cresciam exponencialmente ao sul, e que foram parte importante na conscientização dos povos no que tangiam as lutas por independência da região. A resistência nasce em contradição.

À medida em que se expandia a lógica capitalista de produção, se alterava também o modo de vida dos povos colonizados, que em um movimento de submissão também modernizavam seu desenvolvimento aos moldes da produção capitalista e passavam a buscar sua independência para se expandirem aos moldes da metrópole em uma tentativa de se igualarem ao seu desenvolvimento. Esse desenvolvimento se caracteriza pela combinação do todo no que tange o sistema internacional, no que tange às categorias apresentadas por Rosenberg (2016), porém se fazia de maneira incipiente e desigual. Com a expansão do capitalismo, as comunidades locais se submetiam às novas estruturas e concomitantemente adaptavam suas realidades às exigências de desenvolvimento do capitalismo.

Enquanto no sul o processo de estabelecer um governo indireto foi dificultoso ao

³ É consensual que a mais-valia é aquela parte do valor adicionado no período que é apropriada pela classe capitalista; em outras palavras, ela é a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor da força de trabalho (Saad Filho, 2001, p. 27).

passo que exigiu da administração britânica uma reformulação significativa das instituições políticas locais, ao norte esse processo foi facilitado, segundo Falola e Heaton (2008, p. 112) visto que Frederick Lugard pôde apenas substituir a estrutura administrativa do Califado de Sokoto pela estrutura administrativa aos moldes do Reino Unido. Ao chegar na região, as forças britânicas a mando de Lugard depuseram e assassinaram o líder do Califado à época, Muhammadu Attahiru I, que foi substituído por um líder considerado disposto a seguir a autoridade britânica. Os emires dos diversos territórios do Califado, que antes seguiam ao Califa, agora seguiam ao alto comissário britânico, à princípio Lugard, que permaneceu no posto até 1906, e depois seus sucessores. Visto que puderam, de maneira aparente, “manter seu poder”, os emires tinham como responsabilidade taxar a população de seus emirados e pagar tributo ao governo colonial britânico.

Os regimes indiretos dos protetorados do norte da Nigéria e do sul da Nigéria se desenvolveram independentes entre si, e por isso aparentavam diversas diferenças, que posteriormente desencadeariam em distintos graus de desenvolvimento entre as regiões. No Protetorado do Sul, os oficiais da colônia priorizavam e aplicavam uma educação aos moldes europeus, bem como criavam extensões de seus serviços sociais modernos, como por exemplo em Lagos, onde foram criados diversos departamentos de serviço, dentre eles um Departamento Médico, um Departamento de Obras Públicas entre outros serviços que passaram a ser oferecidos ao sul, contribuindo para o desenvolvimento da região aos moldes europeus modernos. Em contraste, ao norte os oficiais da colônia impediram que o governo colonial atuasse para modernizar a região, sob a premissa de preservação cultural. Frederick Lugard defendia que o envolvimento direto da colônia poderia violar o regime indireto à maneira que foi estabelecido no território, visto que poderia desgastar desnecessariamente as estruturas sociais tradicionais. Tal diferença na forma em que o regime indireto era tocado em ambas as regiões resultou em ritmos distintos de desenvolvimento.

Os sistemas de administração colonial começaram a se desenvolver no sudoeste da Nigéria na década de 1860. Na Colônia de Lagos, os oficiais coloniais britânicos governavam de forma mais direta do que em qualquer outra parte da Nigéria. Como Lagos havia se tornado uma Colônia da Coroa em 1861, era oficialmente território britânico, ao contrário do restante da Nigéria colonial, que era considerado território protegido pelos britânicos. Lagos estava sob a soberania direta do monarca britânico, e seus habitantes possuíam todos os direitos de cidadãos britânicos. Conseqüentemente, os oficiais coloniais assumiram o controle da administração cotidiana de Lagos de maneira distinta de qualquer outra região da Nigéria. (Falola; Heaton, 2008, p. 114)

Essa divisão política entre as regiões também resultou no “fracasso” econômico do Protetorado do Norte. A tributação da região não foi suficiente para cobrir os gastos administrativos da área, bem como o próprio comércio não cresceu o suficiente para que a região passasse a lucrar. O norte se mantinha através de empréstimos do governo imperial, bem como dependiam de subsídios liberados pela administração do Protetorado do Sul. Diante dessa situação, Frederick Lugard, defendeu junto ao escritório imperial que se unificassem os Protetorados do Norte e do Sul da Nigéria sob uma única administração, a partir de uma objetivação econômica e administrativa, visto que essa integração das regiões seria benéfica para uma melhora da administração ao norte. O processo de amalgamação dos territórios foi finalizado em 1914, com Lugard no posto de primeiro governador geral da colônia da Nigéria unificada. Apesar da unificação, o ritmo desigual entre norte e sul dura até os dias atuais.

Lugard tinha como objetivo principal centralizar o aparato administrativo, que para ele era carregado de muitas variações estruturais entre as regiões, e o fez seguindo o modelo do protetorado do norte em que cada região era administrada pelo emir daquela região, ao passo que no protetorado do sul existia, antes da unificação, um único líder que respeitava o regime indireto, e após a unificação todo o protetorado passou a seguir o modelo do regime colonial como era ao norte. A maior unificação colonial entre as regiões se deu na arrecadação de receita. Ao norte, a receita do regime era derivada da tributação direta da população, coletada pelos emires e depositada no tesouro nativo. Ao sul, essa arrecadação se divergia em cada região, porém em nenhuma das áreas do protetorado essa arrecadação vinha por meio de tributação direta, os líderes locais não tinham o costume de arrecadar impostos diretamente. Assim, com a unificação, a arrecadação de tributação direta passou a vigorar em toda a colônia. Por isso, segundo Falola e Heaton (2008, p. 118) o governo indireto de Lugard não fez mais para preservar as sociedades tradicionais no sul da Nigéria do que os sistemas elaborados por seus predecessores e, na verdade, levou a mudanças políticas e sociais significativas.

As mudanças na política e na economia nigerianas também levaram a significativas transformações sociais e culturais. Para manter a economia em crescimento, a administração da colônia necessitava de quantidade expressiva de mão de obra, o que resultou em um rápido crescimento urbano, devido à grande migração da população para a cidade, que ia em busca de trabalho. Conforme dados de Bill Freund (1981, p. 76, *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 125) em 1914, as empresas de mineração, as mais expressivas na época, empregavam uma média de 17.833 trabalhadores pagos diariamente; em 1920, esse número havia aumentado para

22.976, e em 1928, para 39.959. Também conforme dados de Aluko (1965, p. 372, *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 125) a população de Lagos foi estimada em 42.000 em 1901, já em 1931, a população havia crescido para aproximadamente 126.000. Outras cidades apresentaram taxas de crescimento semelhantes, embora em números menores.

Outra transformação social expressiva foi a importação da educação europeia para a colônia da Nigéria, mesmo que apenas uma educação primária. Antes da unificação, a educação europeia e cristã apenas se expressava em pequenos grupos da população ao sul, ao passo que com a centralização dos protetorados crescia a propagação do cristianismo na colônia, principalmente ao sul onde a educação cristã já havia se estabelecido em momento anterior à 1914. Com uma educação europeia, parte da população da alta classe nigeriana se alfabetizou no inglês, língua importante para a expansão econômica da colônia, baseada no comércio de exportação e importação. Esses nigerianos educados no inglês poderiam então encontrar empregos secundários na administração colonial, enquanto funcionários da corte ou nos conselhos nativos, também encontravam oportunidades nas empresas de comércio europeias. Conforme dados de Zachernuk (2000, p. 50-51, *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 127) o censo de 1921 indicou que havia aproximadamente 32.000 nigerianos do sul educados na Europa, o que correspondia a cerca de 0,5% da população, enquanto que outros 4% da população supostamente haviam alcançado o que o governo colonial chamava de "educação imperfeita" visto que iniciaram, mas não finalizaram, a educação primária.

À luz das consequências do Desenvolvimento Desigual e Combinado para o desenvolvimento capitalista na Nigéria, Orimolade e Iwu (2016, p. 48) argumentam que, apesar da economia política da Nigéria ter sido inserida na órbita mundial do capitalismo, devido a penetração do capital estrangeiro já nas áreas que antecederam o país, por ser uma combinação do arcaico com o moderno, a colônia fracassou em integrar grande parte da população na economia capitalista e de se desenvolver plenamente de acordo com os padrões capitalistas mundiais, em um díspar desenvolvimento em relação aos países de capitalismo avançado.

3.5. Movimentos nacionalistas e independência

Apenas poucos intelectuais nativos encontraram no sistema colonial benefícios com as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram na recém formada Nigéria, de maneira geral, a colonização na região frustrou a maioria da população local, visto que acreditavam que o regime colonial destruiu as culturas e as instituições tradicionais das áreas

que formam agora a Nigéria. Com isso, os britânicos inspiraram o sentimento anti-colonial desde o início da sua atuação no país. Nesse sentido, Ndlovu-Gatsheni (2012, p. 421) aponta que os movimentos nacionalistas se colocaram enquanto violentos com o objetivo de assegurar os avanços pós-coloniais. A resistência inicial se desdobrou em movimentos nacionalistas que em 1930 já contava com uma nova geração de ativistas anticoloniais, que exigiam, dentre as reivindicações, maior envolvimento da população local na governança do país e a substituição do governo britânico com um governo indígena que realmente representasse a população local.

Em sua análise sobre nacionalismo territorial, Anthony Smith (1976, p. 5, *apud* Ekot, 2010, p. 56) aponta que o movimento nacionalista que surge a partir de populações heterogêneas é baseado na unidade territorial na qual são forçadamente unidos, geralmente por um poder colonial. Segundo Falola e Heaton (2008, p. 160) foram com os movimentos nacionalistas anticoloniais da década de 1930 que surgiu o primeiro embrião do sentimento de uma identidade pan-nigeriana. Esses movimentos eram liderados por uma nova geração de nacionalistas intelectuais que havia nascido após o início do domínio colonial britânico na região, e por isso, não conheciam concretamente a vida anterior à formação das fronteiras na região.

O fator nacionalista também encontra na educação um de seus motores, enquanto no início da colonização a educação era somente primária, já em 1930 o número de pessoas educadas na região que agora formava a Nigéria cresceu, e também o nível, visto que crescia a educação secundária. Segundo dados de Coleman (p. 134, *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 138) em 1912 havia 184 escolas primárias na Nigéria atendendo a 36.670 alunos e 10 escolas secundárias com 67 matrículas, em 1937 esse número havia aumentado para 4.072 escolas primárias, com uma matrícula de 238.879 e a escola secundária com matrículas em 4.890.

Lagos, que era o centro do governo colonial, também representava o maior núcleo educacional da colônia, e portanto, também em Lagos se concentrava o maior número de atividades nacionalistas. Assim sendo, em 1934 surgiu na cidade de Lagos o Movimento da Juventude de Lagos, que surge para desafiar as instituições políticas da cidade e exigir melhores condições para a educação superior. Em quatro anos o movimento já havia se tornado a organização nacionalista mais expressiva da região da colônia britânica da Nigéria, e se tornou o Movimento da Juventude Nigeriana a fim de reforçar os objetivos nacionalistas pan-nigerianos do movimento. Em 1938 candidatos do movimento venceram as eleições tanto para o Conselho Municipal de Lagos e para o Conselho Legislativo, um marco para uma nova era para a política da Nigéria.

No contexto econômico, a colônia passava por uma grande depressão desde a década de 1920 e que durou até a época da Segunda Guerra Mundial, em reflexo também ao contexto econômico internacional. Durante essa crise, o mercado de exportações, que era destaque na região, entrou em colapso. Dados de Michael Crowder (1978, p. 263, *apud* Falola; Heaton, 2008, p. 141) apontam que o valor total das exportações em 1929, que era de mais de £17.000.000, caiu para £9.702.000 em 1938. A crise econômica, em conjunto aos avanços educacionais no país, apenas fortaleceram o sentimento anticolonial e portanto levaram ao crescimento dos movimentos nacionalistas.

Defendem Falola e Heaton (2008, p. 142) que o início da Segunda Guerra Mundial também impactou nos movimentos nacionalistas pan-nigerianos, visto que o evento trouxe diversas mudanças econômicas para a região. Em primeiro lugar, por causa da guerra, a administração colonial britânica no geral precisou tomar medidas de contenção de gastos para as colônias, por isso instituíram diversas manobras para controlar a economia nigeriana, a fim de desviar os recursos financeiros da colônia para a guerra. Em segundo lugar, o governo colonial também alterou o valor das exportações de produtos da Nigéria, os colocando em preço menor que o mercado, o que levou diversos agricultores à pobreza extrema, pobreza essa que continuou mesmo com o fim da guerra. Um terceiro fator do contexto da Segunda Guerra foi o recrutamento de diversos jovens da população para lutarem na guerra, o que levou à morte de muitos entes e também à escassez de mão de obra na Nigéria colonial.

Nesse sentido, as ações do regime colonial em relação à Segunda Guerra Mundial levaram aos impulsos nacionalistas de duas diferentes formas, apresentadas por Falola e Heaton (2008, p. 143). Primeiro, os soldados que retornavam da guerra encontravam na colônia grande dificuldade em encontrarem emprego, e mesmo quando conseguiam, o salário era quase sempre inferior ao valor que recebiam no exército, por isso, diversos soldados aderiram ao movimento nacionalista. Além disso, secundamente, os postos de serviço construídos para os soldados que atracavam na colônia nigeriana demonstraram à população local que poderiam ter acesso a melhores serviços sociais, por isso muitos se uniram à luta nacionalista para exigir a expansão de programas do governo para o desenvolvimento por todo o país.

Como consequência dos desdobramentos negativos da guerra, principalmente a pobreza e a contínua repressão do regime colonial, em 22 de junho de 1945 se iniciou uma greve geral expressiva que foi capaz de paralisar a economia e o governo colonial. Segundo dados trazidos por Falola e Heaton (2008, p. 144) a greve teve início com o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos do Serviço Civil Africano que reivindicava principalmente um

aumento em 50% do salário mínimo, para que este se equiparasse ao alto custo de vida da colônia, no entanto, ao não ter suas exigências atendidas, mais 17 sindicatos aderiram à greve, tendo a adesão de mais de 30.000 membros e duração de 37 dias. O fim da greve veio com vitórias para a classe trabalhadora, visto que o governo colonial assegurou aos líderes sindicais que suas demandas seriam cumpridas.

Conforme Falola e Heaton (2008, p. 146), com a pressão dos movimentos nacionalistas, o governo colonial britânico passou a tomar medidas de desenvolvimento, com um programa de planejamento de desenvolvimento e de uma passagem gradual ao autogoverno na colônia. O objetivo da administração era de evitar maior adesão ao nacionalismo militante com ideais socialistas que crescia no território. Devido à greve e às pressões anteriores, em 1945 o governo implementou também um plano de dez anos para o desenvolvimento da colônia nigeriana, alocando diversos recursos para serviços básicos como educação e saúde. No entanto, sua abrangência foi inadequada para atender as exigências necessárias da população nigeriana, e pela negligência do governo, grande parte do financiamento do plano permaneceu inutilizado. Por isso, o plano apenas funcionou parcialmente para tornar o povo nigeriano mais independente economicamente nas décadas que se seguiram.

Em relação à política do governo colonial, conforme Falola e Heaton (2008) no capítulo *Nationalist movements and independence*, com as pressões dos movimentos nacionalistas existiram 3 diferentes Constituições nos períodos entre 1945 e 1954, e cada uma trouxe a colônia mais próxima da ideia de independência. A primeira Constituição posta, apesar de ter sido elaborada sob o pretexto de dar mais voz à população nigeriana, enfrentou diversas críticas vindas dos movimentos nacionalistas, visto que as principais regiões da Nigéria não possuíam expressão nessa Constituição, concentrando todo o poder político em Lagos e Calabar. Ao norte, os nacionalistas locais temiam a continuidade da influência cultural e política do sul, e por isso defendiam maior autonomia do norte em relação à colônia. Temiam principalmente a imposição de um Estado laico e o fim do governo sob a lei da Sharia.

Diferente da primeira Constituição, o processo de elaboração da segunda Constituição contou com a participação de líderes nacionalistas, com a realização de uma Conferência Constitucional em Ibadan em 1950. A nova Constituição contava com um Conselho de Ministros, que era composto por doze ministros, sendo 4 de cada uma das regiões e 6 membros oficiais. Também foram concedidos mais poderes legislativos às assembleias regionais, que agora tinham seus membros escolhidos por meio de voto. Devido a isso, a

Constituição promoveu a realização da primeira eleição geral na história da recém formada região para as cadeiras do legislativo.

A partir de 1951, os partidos políticos das regiões leste e oeste do sul da região passaram a pressionar o governo para que se concebesse plena autonomia interna para as assembleias regionais. Porém, em contraposição, a região norte foi contrária a essa colocação, sob o argumento de que a região não estava preparada para o autogoverno. Devido a essa controvérsia entre as regiões, foi realizado em Londres e Lagos entre 1953-1954 duas conferências constitucionais, e após diversas discussões entre as três regiões, foram incorporados acordos à terceira Constituição formulada ali. Como principal deliberação, essa Constituição deliberou a Nigéria como uma federação de três regiões, o sul dividido entre leste e oeste, e o norte, também tornou Lagos um território Federal administrado pelo governo britânico. Com essa Constituição também ficou prevista a independência da Nigéria em 1º de outubro de 1960, com eleições gerais em 1959. Então, em 1º de outubro de 1960, a Nigéria se tornou um Estado soberano independente.

4. A DISPUTA PÓS-INDEPENDÊNCIA ENTRE AS REGIÕES NORTE, LESTE E OESTE E OS GRUPOS CONTRÁRIOS AO GOVERNO: O SURGIMENTO DO BOKO HARAM.

Quando a Nigéria conquistou sua independência em 1º de outubro de 1960, as perspectivas do futuro do recém independente país eram promissoras. Sendo então o país mais populoso de todo o continente africano, e tendo encontrado recentemente grandes minas petrolíferas no Delta do Níger, o potencial de crescimento econômico do nascente país era enorme e demonstrou devida estabilidade econômica após sua independência. No entanto, a década de 1960 que se seguiu à independência do país também foi palco de grave corrupção política, bem como do subdesenvolvimento econômico, e de golpes militares. Entre 1967 e 1970 ainda, o país passou pela Guerra do Biafra, na qual, conforme consta em Falola e Heaton (2008, p. 176) foram mortas entre 1 e 3 milhões de pessoas, e que quase destruiu as frágeis ligações federais que mantinham a Nigéria unida apesar de todas as suas diferenças étnicas, uma das causas para a guerra.

No contexto de independência, também crescia entre os nigerianos o sentimento de não pertencimento, questionavam o que era a Nigéria e quem eram os verdadeiros nigerianos. Conforme John Campbell (1992, p. 38) as identidades anteriores à colônia continuavam existentes, enquanto que uma ideia de identidade nacional ainda era fraca. Para que encontrassem estabilidade, porém, precisavam construir uma única ideia de nação, que vinha principalmente com a ideia de criação de uma consciência pan-nigeriana, em um movimento de encontrar uma história única que unisse os nigerianos apesar de suas diferenças regionais. Por isso, apenas em sua história recente, com a colonização, encontraram uma identidade comum. A consciência nacional, de acordo com os ativistas da época, deveria então ser construída a partir da rica história e das tradições dos diferentes povos que formam a identidade nacional.

Ao impor uma narrativa hegemônica sobre o desenvolvimento econômico e social, o capitalismo exclui as diversas vivências humanas e culturais que não se adaptem ao capitalismo. O movimento imperialista, conforme formula Luxemburgo (1985) subordina tanto as economias quanto às sociedades locais à lógica capitalista, gera um discurso centralizador dos modos de produção sem levar em conta as complexidades dessas sociedades não-capitalistas reduzidas à mera parte do sistema capitalista em necessidade constante de expansão.

No entanto, apesar dessa busca por uma identidade em comum, havia também um

grande abismo que distanciava os povos do norte e do sul, assim como aponta Comolli (2015, p. 17) quando diz que, com a independência conquistada, o isolamento em que o norte foi obrigado a entrar agora demonstrava sua deficiência econômica e social em relação ao sul, e mesmo educacional, o que fez com que a maioria das cadeiras oficiais do governo fossem assumidas por intelectuais do sul, enquanto o norte assumia menos de 1% dessas cadeiras, segundo dados de Meredith (2005, p. 77, *apud* Comolli, 2015, p. 18). Esse favorecimento dos cristãos ao sul fez com que a população ao norte passasse a se preocupar com a ameaça iminente aos seus costumes, um sentimento que é, segundo Comolli (2015, p. 18) a raiz de muitos conflitos étnicos e religiosos que se seguiram, com início na Guerra do Biafra, que abriu caminho pros conflitos que perduram mesmo nos dias atuais.

4.1 Instabilidade e Guerra do Biafra (1960-1970)

Com a independência, os políticos tradicionais que já participavam das políticas do país herdaram as instituições políticas nigerianas. Eram poucos, em sua maioria educados aos moldes europeus, e tinham seu poder baseado em suas identidades étnicas, em maioria Ibos. Devido a sua atuação política e suas identidades pessoais que fogem ao escopo do nacional que buscavam os nigerianos nessa época, esses políticos se dividiram entre as três regiões do nascente país, as regiões leste e oeste ao sul, com os Ibos comandando à leste e os Iorubá à oeste, bem como a região norte sob o comando dos Hauçá-Fulani, e cada uma das regiões ameaçavam secessão, devido a falta de uma identidade nacional, e visto que buscavam independência política e administrativa. No entanto, apenas os militares da região leste e os militares ao norte realmente agiram a favor de sua secessão, com dois golpes que precederam a guerra civil. Conforme Oliveira (2014, p. 232):

O processo que culminou na independência nigeriana teve início pouco depois da Segunda Guerra Mundial. Entre 1947 e 1954, em resposta às crescentes demandas de grupos nacionalistas nigerianos, três Constituições foram promulgadas, dando mais poderes legislativos aos nigerianos e aproximando-os, cada vez mais, de um autogoverno. Apesar dessa transferência paulatina de poder para os nigerianos, as Constituições foram fundamentais para fragmentar ainda mais o país nascente, que passava a possuir uma estrutura federativa, com três regiões dotadas de grandes poderes e autonomia, e um governo central enfraquecido.

No dia 15 de janeiro de 1966, se iniciou o primeiro golpe militar da Nigéria, liderado pelos 5 principais majores Ibos da região leste. Durante o processo, os líderes do golpe alegaram que seus objetivos eram por fim a corrupção da qual caracterizava a primeira

república do país. Ao norte, foram assassinados muitos oficiais militares, bem como dois proeminentes líderes islâmicos da região. Segundo Oliveira (2014, p. 234), com o golpe o poder foi para as mãos do oficial comandante do exército, John Aguiyi-Ironsi, de origem Ibo, que afirmou que a duração do seu governo se daria até que uma nova Constituição fosse elaborada.

Conforme Falola e Heaton (2008, p. 172), devido à origem Ibo de Ironsi, a população ao norte não via com bons olhos seu mandato. Essa ideia apenas se agravou visto que Ironsi se rodeou de conselheiros de origem Ibo, bem como foi conivente com os organizadores do golpe, que também eram de origem Ibo. A maior ação de Ironsi que agravou a visão da população do norte em relação ao seu governo veio com o decreto nº34 de 24 de maio de 1966, no qual se aboliu o sistema federal que foi substituído por um sistema unitário, o que alterou toda a estrutura da Nigéria, agora os serviços que antes eram administrados regionalmente, como as Forças Armadas e o serviço público, com o decreto foram integrados e passaram a ser administrados pelo centro do governo. Para a população ao norte, tais feitos representam a dominação Ibo dos territórios que compõem a Nigéria, visto que com a centralização dos serviços, militares e servidores do sul poderiam atuar livremente na região norte.

Segundo Siollun (2009, *apud* Oliveira, 2014, p. 234), devido ao cenário que o norte enfrentava, no dia 29 de julho de 1966 um grupo de oficiais militares realizou um contragolpe que se iniciou com a captura e assassinato de John Aguiyi-Ironsi. Em seu lugar assumiu Tenente-Coronel Yakubu ("Jack") Gowon enquanto chefe de Estado, estabelecendo um governo militar dominado pelos militares do norte. Em seu mandato, Gowon imediatamente anulou o decreto nº34, indicando que a Nigéria estava comprometida com a unidade nacional para além de uma estrutura federativa, com respeito às diferenças regionais existentes.

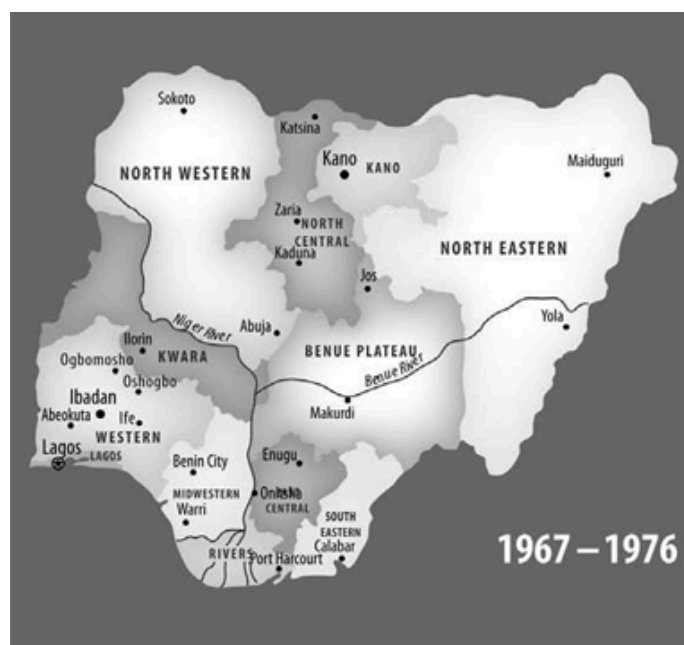
Com o contragolpe, se tornou difícil a reconciliação com os militares Ibo, principalmente com o Tenente-Coronel Ojukwu, governador militar Ibo, que questionava a legitimidade de Gowon. Ojukwu temia a segurança do povo Ibo, devido aos diversos ataques do norte contra a religião cristã, muitos sob a forma de massacres conduzidos por soldados do norte, que resultaram na morte de entre 80 mil e 100 mil pessoas do leste, segundo dados de Falola e Heaton (2008, p. 174). Com isso, Ojukwu questionava se a população Ibo poderia viver em harmonia com o norte no poder, e por isso instruiu que todos os Ibos ao norte retornassem para suas casas ao leste e o mesmo para os nortistas que se encontravam ao sul, o que resultou em um grande movimento populacional entre 1966 e 1967.

Segundo informações apresentadas por Oliveira (2014, p. 235-236), devido aos

conflitos entre Gowon e Ojukwu, esses realizaram alguns encontros entre 4 e 5 de janeiro de 1967. Porém, as negociações não foram suficientes para agradar ambos. Por isso, em março Ojukwu anunciou que a partir de 1º de abril, o governo da região leste assumiria todos os departamentos federais e as instituições ao leste em geral, anunciando que a região se tornaria independente administrativamente, e em 30 de maio Ojukwu declarou a região leste independente, a qual renomeou República Independente de Biafra. Tal feito anunciou o início da Guerra Civil da Nigéria, ou Guerra do Biafra, com embates entre o Governo Militar Federal (GMF) e as forças de Biafra ao leste. O embate durou dois anos e meio e terminou com a rendição biafrense em 12 de janeiro de 1970.

Os biafrenses acreditavam que a guerra tinha como objetivo principal o genocídio do povo Ibo, conforme Nugent (2004, *apud* Oliveira, 2014, p. 235), por conta disso, Ojukwu e seus conselheiros conseguiram estimular a opinião pública dentro das fronteiras de Biafra em torno de um sentimento nacionalista Ibo. Esse sentimento apenas foi reforçado com as ações de Gowon em uma tentativa de isolar o território Ibo em Biafra, com a estratégia de empobrecimento e a desnutrição da população. Imediatamente após Ojukwu declarar a independência do Biafra, Gowon declarou um estado de emergência na Nigéria, bem como anunciou a criação de novos estados dentro das três regiões do país, com o motivo aparente de contemplar grupos minoritários que reivindicavam novos estados desde a independência, porém, apenas uma dessas regiões, ao leste, contemplava os Ibos, o que demonstra o projeto de Gowon que estava em curso. A criação desses novos estados, portanto, foram com o objetivo de isolar a população Ibo, o que tornaria ainda mais difícil as políticas independentistas do governo de Biafra.

Figura 5: novos estados 1967-1976



Fonte: Falola; Heaton, 2008, p. 192

Outra estratégia de Gowon foi a política de estrangulamento econômico, que também dificultou a disputa para os biafrenses. Com o embargo contra Biafra, a região se tornou cada vez mais pobre, a comida se tornou escassa, e a alta inflação afetava o preço de todos os bens dentro da região. Os biafrenses também conquistaram algum avanço no início da guerra, quando ocuparam a região meio-oeste e tentaram avançar, no entanto as forças do GMF avançaram e fizeram recuar as forças do Biafra novamente para dentro de seu território. A população de Biafra não desistiu após essa primeira derrota, e continuaram resistindo. Devido à contínua resistência, Gowon também transferiu para o sul, para Umuahia, a capital do país.

As políticas colocadas enquanto “genocidas” de Gowon serviram para que o governo de Biafra produzisse grande número de propagandas contra o GMF que se espalharam tanto dentro quanto fora do país, e com isso conquistaram a solidariedade internacional de diversos países. No entanto, assim como aponta Falola e Heaton (2008, p.178), o envolvimento internacional apenas serviu para prolongar o conflito. Enquanto os Estados Unidos da América e o Reino Unido permaneciam neutros, o GMF foi em busca do apoio da URSS, que foi o maior fornecedor de aeronaves para o conflito, bem como participaram ativamente através de conselhos direcionados ao GMF. Em apoio à Biafra, em 1968 alguns membros da Organização da Unidade Africana (OUA) declararam apoio e formalmente reconheceram Biafra, bem como alguns países da Ásia e da Europa expressaram solidariedade.

Apesar da solidariedade internacional, os biafrenses não foram capazes de resistir por muito tempo às forças do GMF. Em vista disso, ao final de 1969 e início de 1970 Biafra foi invadida por tropas federais, que a levaram ao seu colapso, assim como aponta Clayton (1999, *apud* Oliveira, 2014, p. 238). Com a invasão, Ojukwu fugiu para a Costa do Marfim, alegando que enquanto ele estivesse vivo, a revolução também estaria. Em 12 de janeiro de 1970, o major-general Phillip Effiong, que assumiu o poder com a fuga de Ojukwu, se rendeu a Gowon e colocou fim ao conflito que já durava dois anos e meio.

4.2 Economia, sociedade e o Estado em tempos de conflito (1970-2007)

Mesmo com o fim da Guerra Civil, os conflitos étnico-regionais continuaram a existir, o que impedia com que se formasse uma identidade nacional unificada, consequentemente impedindo com que se desenvolvesse uma política estável e verdadeiramente democrática aos

moldes estabelecidos pela colonização na região. Como aponta Comolli (2015, p.19), enquanto a Guerra do Biafra tinha uma conotação religiosa e havia mesmo destacado o papel das tensões religiosas e étnicas nos conflitos civis na Nigéria, foi nos primeiros anos da década de 1970 que os conflitos religiosos se intensificaram e se manifestaram explicitamente em disputas inter-religiosas entre mulçumanos e cristãos.

Ao mesmo tempo em que as questões políticas e sociais continuavam instáveis, em sentido contrário, a economia apenas crescia devido à expressiva expansão do setor petrolífero na década de 1970, o que colocou a Nigéria enquanto o país mais rico do continente africano. Porém, essa riqueza não foi distribuída de forma equitativa para a população nigeriana, visto que apenas beneficiou aqueles que tinham acesso ao poder estatal, tornando o aparelho governamental ainda mais distante da população da Nigéria. Devido ainda à situação política da região, durante o período de 1970 até 1983 a Nigéria passou por três diferentes regimes que se apossaram das questões petrolíferas e foram responsáveis, de acordo com Falola e Heaton (2008, p. 181) pelo desenvolvimento de uma cleptocracia, que configura um governo de ladrões, que continua fortemente presente na Nigéria até os dias atuais.

A descoberta de petróleo em quantidades comerciais foi na década de 1950, na região do Delta do Níger, e logo se tornou um dos principais recursos econômicos da Nigéria que apenas crescia até a década de 1960, porém o crescimento foi interrompido com a Guerra do Biafra, visto que dois terços das reservas se encontravam em Biafra. Com o fim da guerra, o governo nigeriano focou seus esforços em retomar a economia petrolífera, que cresceu rapidamente na década de 1970. Conforme dados de Forrest (1993, p.134, *apud* Falola e Heaton, 2008, p.182) em 1958 a produção de petróleo era de 5.100 barris por dia, passando a 2,3 milhões de barris por dia em 1974, sendo a *Shell Petroleum Development Corporation* (SPDC) responsável pela maior parte da produção, produzindo cerca de 1,3 milhão dos 2,3 milhões da década de 1970.

Em 1971, com o *boom* de petróleo na região, a Nigéria se juntou à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que logo em seguida decretou um embargo aos países que declararam apoio à Israel na Guerra do Yom Kippur no ano de 1973. Com isso, o preço do petróleo disparou, e passou de 3,80 dólares para 14,70 dólares já no início de 1974, segundo dados de Falola e Heaton (2008, p. 182). Devido ao comércio de petróleo da Nigéria, durante esse período, a receita gerada pela matéria prima cresceu drasticamente na região, e o país tornou-se totalmente dependente do comércio petrolífero. Quando o preço do petróleo caiu durante o final da década de 70 e o início da década de 80, a economia nigeriana sentiu as consequências. Com isso, a economia nigeriana se tornou extremamente vulnerável às

flutuações dos preços do petróleo, o que refletiu na instabilidade do governo de Gowon. Apesar da insatisfação da população com as flutuações, que refletiam em uma economia interna instável, o governo ainda estava sob regime militar e pouco importava a opinião popular em relação a ele.

Conforme Falola e Heaton (2008, p. 183) a economia petrolífera também gerou uma crise na alocação de receita do petróleo, visto que tanto o Governo Federal quanto o Governo dos estados visavam o acesso às riquezas geradas pelo comércio de petróleo. Para garantir seu controle, o Governo Federal criou em 1971 a *Nigerian National Oil Company* (NNOC) tanto para supervisionar a extração de petróleo, quanto para orientar as corporações multinacionais que estavam à frente da produção. Em 1976 a NNOC foi fundida ao Ministério das Minas e Energia para formar a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC) que existe até hoje. A discussão em relação a alocação dos recursos girava em torno de como se daria a distribuição da receita pelas regiões do país. Enquanto os representantes das regiões ricas em petróleo no Delta do Níger defendiam uma alocação baseada em “derivação”, em que a distribuição de renda se daria de acordo com a porção de petróleo derivada daquela região, os representantes das regiões que não possuem petróleo em seu solo já propunham que essa alocação fosse baseada na população de cada estado.

Baseando-se na posição do governo federal, a alocação de receita se deu da seguinte forma e em conformidade aos dados trazidos por Falola e Heaton (2008, p. 185): Os estados produtores de petróleo dividiriam 45% das receitas totais com base na ideia de derivação; os 55% restantes foram para o Governo Federal, dessa porcentagem metade foi para os cofres do Governo Federal e a outra metade foi para um fundo conhecido como *Distributable Pool Account* (DPA), com isso, metade da porcentagem do DPA seria dividida igualmente entre os estados, enquanto a outra metade seria distribuída a todos os estados proporcionalmente às suas populações. Os 45% atribuídos pela derivação foram posteriormente reduzidos para 20%, antes de serem eliminados em 1979 em favor de uma conta controlada pelo Governo Federal para as regiões produtoras de minerais. O Governo Federal também declarou que todos os aluguéis e *royalties*⁴ da perfuração *offshore*⁵ seriam revertidos para o Governo.

Essa alocação desigual dos recursos derivados do petróleo demonstrou a crescente corrupção do governo de Gowon. Além disso, como consta em Oliveira (2014, p. 141) a promessa do fim do regime militar até 1974 não foi cumprida. Com isso, o governo de Gowon passou a perder cada vez mais credibilidade, e em 30 de julho de 1975 um grupo de militares

⁴ Pagamento das empresas estrangeiras ao governo nigeriano sob o petróleo que retiraram do solo nigeriano.

⁵ Empresas extraterritoriais.

realizaram um golpe que retirou Gowon do poder, e em seu lugar assumiu o General Murtala Mohammed, da região norte. O golpe representou um aparente fim ao regime militar e o início da transição para um governo democrático. Mohammed realmente deu início a essa transição, no entanto em 13 de fevereiro de 1976 foi morto em um golpe que foi abortado. Com isso, assumiu em seu lugar seu segundo chefe em comando, Olusegun Obasanjo, iorubá da região sul, que deu continuidade à transição democrática iniciada por Mohammed. Apesar da mudança de governo, a corrupção continuou, e Obasanjo se utilizava do aparato militar para pressionar as camadas populares que questionavam essa corrupção.

Mesmo com as diversas acusações de corrupção, em 1978 cunharam uma nova Constituição, que previa eleições em 1979, quando transferiram o poder para uma administração civil eleita democraticamente. Essa nova Constituição possuía uma estrutura federal em três níveis, a fim de evitar a polarização entre as regiões da Nigéria. Respectivamente aos níveis em ordem decrescente foram criados: as cadeiras de Presidente e Vice-presidente, o Poder Legislativo, e o Poder Judiciário. Desde o início da Segunda República, as disputas políticas se configuraram entre as regiões de influência da Nigéria, o sul dividido em leste e oeste, e o norte. Tais disputas se escalaram para grandes tensões políticas que impediam o verdadeiro governo nacionalizado previsto na Constituição. A partir dessas tensões, Maiangwa (2013, *apud* Agbiboa, 2015, p. 2) aponta:

Tanto a lógica da violência como as formas particularistas de identidade são evidentes na Nigéria, onde o Estado depende fortemente do uso da violência para reprimir disputas internas e onde políticos descontentes e outros atores sinistros, longe de construir uma nação coerente, habilmente lucram com recursos religiosos ou identidade étnica para incitar guerras.

Como apresentado por Falola e Heaton (2008, p. 187), tais problemas, em conjunto ao contexto internacional da queda do preço do galão de petróleo, levaram a um declínio na economia nigeriana entre 1979 e 1983. Com isso, a distribuição de renda também mudou, em conjunto com o crescimento do desemprego. Assim, em maio de 1981 uma greve geral se alastrou por todo o território da Nigéria, fechando quase todos os serviços essenciais nigerianos, o que demonstrou o forte descontentamento da população em relação ao governo. Os militares se aproveitaram desse descontentamento e buscaram, conforme a narrativa apresentada por eles, retomar a ordem através de um novo regime militar. Por isso, no dia 31 de dezembro de 1983, os militares realizaram um golpe que destituiu o Presidente da República da época, estabelecendo um período militar que duraria os próximos 15 anos e passaria por três regimes corruptos e violentos, e uma terceira república também corrupta e

violenta, em conformidade aos desejos desses militares.

Após 15 anos e diversas disputas políticas de menor grau, em 1999 a Nigéria retorna ao período civil, elegendo Olusegun Obasanjo como presidente, sendo esse seu segundo mandato e o primeiro em forma de governo civil, dando início à Quarta República. O cenário após o fim dos regimes era de corrupção e medo derivado da opressão e coerção aplicadas ao longo dos últimos anos de período militar na Nigéria. Entre 1999 e 2007, período em que Obasanjo permaneceu no poder, buscou restaurar a imagem da Nigéria nos círculos internacionais, e com isso buscar maiores investimentos externos visando o crescimento econômico do país. No entanto, a corrupção e a pobreza continuaram durante o período que se manteve no poder e depois de 2007, sendo ainda hoje uma realidade que existe no país desde a unificação artificial do território em uma só nação de diversas etnias.

Então, em observação à sua questão econômica, apesar da Nigéria ser um grande país exportador de petróleo, apenas uma pequena parte da população, concentrada no sul, se favorece com os dividendos dessa riqueza. Dados apresentados por Comolli (2015) demonstram essa desigualdade, visto que no sul, a pobreza afeta apenas 27% da população, enquanto que esse número cresce para 75% ao norte. Conforme Kifordu (2013, p. 2), desde 1970, de acordo com dados retirados de Suberu, a Nigéria lucrou 500 bilhões de dólares em exploração de petróleo, enquanto continua a transbordar em pobreza e miséria infraestrutural. À luz da formulação de Póvoas (2015, p.16), a atividade das corporações multinacionais em busca de lucrar com o petróleo na Nigéria após sua independência se assemelha ao processo colonizador que ocorreu anteriormente na região, em que os interesses estrangeiros ficam em primeiro plano enquanto que a população local fica às margens dessa atividade econômica e de seus dividendos, principalmente a população ao norte.

4.3 A resposta aos avanços capitalistas na Nigéria: a formação do Boko Haram

A conjuntura de instabilidade da nação nigeriana, que veio a partir das interferências do colonizador e do fim das fronteiras entre Norte e Sul, que levou a instabilidade política de disputa por poder entre as regiões do recém formado país, em um contexto mais amplo, levaram à ascensão de grupos contrários às políticas do país, como o Boko Haram. Frantz Fanon (1963, p.40, *apud* Agbibo, 2015, p. 1) explica a lógica de violência na África demonstrando como a violência do colonizador influenciou a reação do colonizado, o colocando em um estado permanente de tensão, na qual Agbibo (2015, p. 1) transfere para a posição anti-colonial de grupos islâmicos extremistas como o Boko Haram, e seu estado de

revolta constante contra o Estado nigeriano e contra os costumes europeus postos pelo colonizador. Ndlovu-Gatsheni (2012) também coloca em seu livro que a lógica da violência no continente africano vem de uma herança da colonização.

Como apresentado anteriormente, a islamização da região norte do que hoje é a Nigéria data de muitos séculos e se fortalece com o jihad em 1804 sob a figura de Usman Dan Fodio, sendo sua figura relevante na região até os dias atuais. Essa islamização ao norte é parte do que hoje leva à disputa entre norte e sul do país, que se fortalece após a colonização. Essa diferença entre as regiões, como apresentado anteriormente, pode ser explicada pelos díspares desenvolvimentos combinados entre ambas, e demonstra hoje o abismo que distancia o sul cristão e mais rico e o norte mulçumano e renegado economicamente, o que explica a forte repulsa do norte aos costumes europeus propagados ao sul, entendendo que vem daí a origem das vantagens daquela região.

Usman Dan Fodio, ao promover o *Jihad al-Asghar* e fundar o Califado de Sokoto, fortaleceu sua imagem enquanto propagador da fé islâmica ortodoxa. Mesmo hoje, apesar do Califado de Sokoto não ter mais poderes políticos, ainda permanece como uma forte representação islâmica na Nigéria e uma ameaça ao governo do país, que se coloca enquanto inimigo do Califado e seus seguidores. E a figura de Usman Dan Fodio permanece fortemente reverenciada, e serve como fonte ideológica para grupos fundamentalistas, com o próprio Boko Haram, que expressa isso em uma carta aberta direcionada para o Governador de Kano Rabiú Musa Kwankwaso em 2011:

As razões para nossos ataques são claras: o governo nigeriano é um sistema *kufur* (incrédulo) que serve tanto às Nações Unidas (ONU) quanto à Associação Cristã da Nigéria (CAN). Nós, da *Jama'atu Ahlisunnah Lidda'awati Wal-Jihad*, somos muçulmanos e viemos do norte do país, onde passamos oito anos lutando por um estado islâmico, esforçando-nos para trazer de volta a glória perdida de Usman Dan Fodio. O que há de errado com isso? Trata-se apenas de retornar aos caminhos do nosso criador (Allah), onde prevalecerão justiça, disciplina, bons valores, amor, cuidado, paz e progresso. (2012, *apud* Comolli, 2015, p. 14)

Com isso, entende-se que os tópicos anteriores são fundamentais aqui ao exporem a história da região norte que hoje pertence à Nigéria, desde o início da islamização da região e a unificação de territórios distintos etnicamente. Ao longo da história do norte do que hoje é a Nigéria, existiram diversos movimentos extremistas, que emergiram a partir de diversos processos, mas principalmente a partir de três processos apresentados por Comolli (2015, p. 25) sendo esses: divisão cultural, transformação política e a modernização dos territórios, todos processos nos quais teve grande participação a colonização britânica.

Não existe consenso em relação ao surgimento do Boko Haram, a mídia geralmente reporta sua origem no ano de 2002, sob a liderança de Ustaz Mohammed Yusuf; no entanto, assim como aponta Virginia Comolli (2015, p. 45-46) mesmo antes de Yusuf se destacar enquanto líder, a primeira movimentação no que tange a formação do grupo se encontra já na década de 90, quando em 1995 se formou o grupo *Ahlulsunna wal'jama'ah hijra* (Organização da Juventude Muçulmana), descrito enquanto um grupo islâmico não violento e conservador, na universidade de Maiduguri. Em seus primeiros anos o grupo se caracterizava enquanto não violento, até 2002, quando Yusuf assume e interfere enquanto agente de mudança das características iniciais do grupo, principalmente ao propor que o grupo passasse a se intitular “Talibãs da Nigéria”, nome que indica as intenções de Yusuf em atacar o Estado nigeriano que para ele seguia os costumes europeus. Yusuf liderou o primeiro ataque violento do grupo, na véspera de natal de 2003, em Kanama e Geiam, no estado de Yobe, onde atacaram estações policiais e construções públicas. Após os ataques, o grupo estabeleceu uma base em Kanama intitulada “Afeganistão”, onde cresceram as atividades violentas do grupo, e com seus avanços receberam diversos novos membros, principalmente alunos de educação superior que abandonaram seus estudos para se juntarem ao grupo.

Diferente de Comolli, Andrew Walker (2012, p. 7), repórter londrino, apresenta uma outra versão para o surgimento do grupo. Para Walker, sua origem vem de um grupo em Maiduguri, da Mesquita *Alhaji Muhammadu Ndimi* que estava insatisfeito com a administração da cidade e com os estabelecimentos religiosos locais, que para eles eram estabelecimentos corruptos e que estavam se distanciando dos valores verdadeiramente islâmicos. Devido a esse contexto, o grupo de jovens resolveu se isolar e em seguida se mudar para Yobe, na cidade de Kanama, onde, ao se estabelecerem, estabeleceram a base “Afeganistão” e passaram a se basear no salafismo e nos modelos de sociedade do Talibã. Com isso, existiu uma grande movimentação de muçulmanos que aderiram ao movimento, mesmo internacionalmente, com a presença de membros que se estabeleceram em Yobe e que vieram do Níger, Chade e Camarões. Em dezembro de 2003, alguns membros do grupo se envolveram em um conflito com a polícia local pelo direito de pescarem, em resposta a esse ataque, um grupo de militares estabeleceu um cerco na Mesquita onde se encontrava o grupo, o cerco durou até o início de 2004, quando aconteceu um ataque militar que matou o líder à época, Mohamed Ali, e diversos membros. Aqueles que sobreviveram retornaram a Maiduguri para retornarem ao grupo de jovens da mesquita, agora sob a liderança de Mohammed Yusuf, quando passaram a se expandir para os estados de Bauchi, Yobe e no Níger, e passaram a formar um Estado paralelo no norte da Nigéria, com um gabinete e

polícia próprios.

Com o que foi apresentado até o momento, entende-se então que o Boko Haram surgiu por vários caminhos e motivos, mas que encontram seu ponto comum no salafismo, e convergem também com a guinada extrema do grupo com a chegada de Yusuf. O salafismo, segundo Comolli (2015, p. 47), é um movimento do Islã Sunita que tem uma interpretação puritana e literalista do Alcorão, com isso estudam profundamente o Islã para se afastarem de influências externas não muçulmanas. As interpretações radicais do salafismo são fundamentalistas em sua ideologia, e por isso não promovem uma coexistência com outras religiões. Um exemplo da posição salafista do Boko Haram se encontra em falas de Yusuf, que se coloca contra a educação de matriz europeia hegemônica, “Existem pregadores islâmicos proeminentes que viram e compreenderam que a atual educação de estilo ocidental está misturada com questões que vão contra as nossas crenças no Islã” (2009, *apud* Boyle, 2009, tradução nossa).

O nome “Boko Haram” não é o nome verdadeiro do grupo, esse foi intitulado assim pela mídia hegemônica e que em sua versão literal significa “A educação ocidental é um pecado”; no entanto esse nome nunca foi usado pelos membros, que ao contrário adotaram o nome *Jama'atu Ahlis Sunnah Lidda'awati w'al Jihad* que em tradução significa “pessoas comprometidas com a propagação dos ensinamentos do Profeta [Maomé] e do Jihad” (tradução nossa). O líder Mallam Sanni Umaru (2009, *apud* Comolli, 2015, p. 50, tradução nossa) que assumiu em 2009 apontou a diferença entre os nomes:

Boko Haram não significa de forma alguma 'educação ocidental é um pecado', como a mídia infiel continua a nos retratar. Boko Haram na verdade significa que a 'civilização ocidental' é proibida. A diferença é que, enquanto a primeira expressão dá a impressão de que somos contra a educação formal vinda do Ocidente, ou seja, da Europa, o que não é verdade, a segunda afirma nossa crença na supremacia da cultura islâmica (não na educação), pois cultura é um conceito mais amplo; inclui a educação, mas não é determinada pela educação ocidental. Neste caso, estamos falando dos modos de vida ocidentais, que incluem: disposições constitucionais relacionadas, por exemplo, aos direitos e privilégios das mulheres, a ideia de homossexualidade, lesbianismo, sanções em casos de crimes terríveis como tráfico de drogas, abuso de menores, democracia multipartidária em um país esmagadoramente islâmico como a Nigéria, filmes pornográficos, prostituição, consumo de cerveja e álcool e muitos outros aspectos que são contrários à civilização islâmica.

Apesar dessa primeira movimentação violenta em 2003, que é consenso entre os pesquisadores do grupo, esse permaneceu com atividades apenas internas durante o período que se seguiu até 2009, juntando novos membros e recursos, e trabalhando em sua ideologia, com Mohammed Yusuf a frente dos recrutamentos através de pregações e táticas para atrair

recrutamentos. O processo de fortalecimento do grupo durou até 2009, quando em 30 de julho aconteceu em Maiduguri mais uma das batalhas que se seguiram entre o Boko Haram sob a liderança de Yusuf e a Força de Segurança da Nigéria, quando Yusuf foi preso e assassinado na prisão. A fala de um porta-voz da Polícia Nacional da Nigéria (2009, *apud* Comolli, 2015, p.59, tradução nossa) demonstra que esses esperavam que o grupo fosse se dissolver com a morte de seu líder: “Este grupo opera sob um líder carismático. Eles não terão mais qualquer aspiração... O líder que eles pensavam ser invencível e imortal foi agora provado o contrário.”.

Após alguns anos sem expressão significativa, foi no ano de 2009, principalmente com a morte de Yusuf, que o grupo passou a ser mais violento em seus protestos contra a desigualdade causada pelo governo da Nigéria e sua proximidade com a cultura europeia, também buscando vingança pela morte de seu líder. Com a morte de Yusuf, Abubakar Shekau assumiu a liderança do grupo, alterando a natureza do movimento, que a partir desse ponto assumiu uma posição ainda mais radical, tornando o grupo como ele é conhecido hoje. Diferente de Yusuf, colocado enquanto líder carismático e que estava preparando um exército para o Jihad que ainda viria, Shekau era um líder distante, que comandava a partir de seus generais, e que era colocado enquanto incentivador da violência do grupo. De acordo com uma fonte anônima (2013, *apud* Comolli, 2015, p. 61, tradução nossa) “Ele (Abubakar Shekau) era tão violento que era necessário o prender com correntes”.⁶

A ameaça que Shekau representava era tanta que as Forças de Segurança da Nigéria realizaram diversas tentativas de o declarar morto, todas refutadas com pronunciamentos do próprio líder. Em uma dessas tentativas, Shekau (2013, *apud* Comolli, 2015, p. 62, tradução nossa)⁷ se pronunciou com a seguinte mensagem, em uma clara repulsa aos costumes hegemônicos globais:

Aqui estou eu, vivo, saudável e forte. Sagir Musa deveria se enterrar de vergonha, o presidente Jonathan deveria se enterrar de vergonha, o presidente Obama deveria se enterrar de vergonha, e o presidente François Hollande deveria se enterrar de vergonha, a rainha Elizabeth deveria se enterrar de vergonha... Disseram que estou morto, mas aqui estou. O mundo deve saber que estou vivo e só morrerei no momento determinado. Cada um deve ser julgado conforme os ditames de sua consciência. O que estou fazendo está escrito no Alcorão Sagrado e no Hadith, e não pararei. Desafio todos os clérigos do mundo a questionarem meus atos. Aqueles que subestimam minha capacidade deveriam reconsiderar. Nunca permitirei que a democracia prospere... O conceito de governo do povo, pelo povo e para o povo nunca será possível e nunca existirá. A democracia será substituída apenas pelo governo de Alá, de Alá e para Alá.

⁶ Entrevista de Virginia Comolli com uma fonte anônima, Nigéria, 2013.

⁷ ABUBAKAR, Shekau, 2013. *apud* IDRIS, Hamza. Breaking news: Shekau appears in new video, says "I am alive". Daily Trust, 25 set. 2013.

Com Shekau no poder, o grupo se tornou ainda mais violento, o que levou a inúmeros ataques desde então e que representam a atuação do grupo hoje no país e em seus entornos. É possível afirmar então que o Boko Haram não é um movimento uniforme, a diferença entre seus líderes que mudam a forma que se organiza o movimento, bem como a presença do grupo e sua origem em diversas partes e de diferentes maneiras apontam para isso, seus objetivos são os mesmos, contra a democracia burguesa, contra os avanços da cultura hegemônica e de seus costumes e contra o governo nigeriano por esse ser aliado e formado pelas influências colonizadoras.

No entanto sua atuação não é homogênea e mesmo hoje seus ataques divergem nas regiões em que se encontram os membros do grupo. Além disso, entende-se que o grupo, assim como outros grupos fundamentalistas que se formaram na Nigéria após sua independência, vem de consequências postas desde o século XV com a islamização da região norte, e dos avanços colonizadores que geraram consequências profundas para a instabilidade política da Nigéria e dos ritmos desiguais entre norte e sul, gerando diversas revoltas ao longo da extensão do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi apresentado ao longo dessa monografia, é possível concluir então que a formação do Boko Haram deve ser compreendida como resposta a um processo histórico enraizado nas complexidades da colonização britânica, nas diferenças estruturais entre o Norte e o Sul da Nigéria e nas consequências de uma modernização forçada e desigual do Estado nigeriano. O surgimento do Boko Haram não é um fenômeno isolado, mas sim o desdobramento de dinâmicas coloniais de expansão capitalista que moldaram as estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Assim, conforme a ideia de imperialismo compreendida em Rosa Luxemburgo e da teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado de Leon Trotsky, foi possível fornecer uma análise que explica a ascensão do grupo como expressão de uma reação às contradições geradas por esses processos históricos.

O imperialismo enquanto projeto global, motivado pelo iminente esgotamento capitalista, encontra-se na necessidade de expansão em áreas não capitalistas, com isso, a partir da colonização enquanto ferramenta da sua expansão, interferiu e alterou profundamente as estruturas políticas e econômicas, bem como as dinâmicas sociais dessas novas áreas. A colonização nas regiões que precederam a Nigéria, nesse sentido, impôs modelos econômicos, sociais e políticos baseados em valores europeus capitalistas hegemônicos, o que levou a pujantes contradições internas entre as regiões que formaram o país até então inexistente. O Norte, islâmico e com uma economia falha, ficou às margens, enquanto que o Sul, cristão e economicamente melhor integrado ao sistema capitalista global, se tornou o foco da administração colonial, que ali melhor transferiu seus ideais. Essa divisão estrutural gerou disparidades significativas que se manifestam até hoje e que contribuíram para a instabilidade da Nigéria, que levaram à ascensão de grupos fundamentalistas, como o Boko Haram.

No que tange os processos históricos aos quais fizeram parte da formação do país, a Nigéria vem de uma herança de distintas áreas e etnias que foram forçadas a conviver entre si, enquanto a área ao norte da região que precedeu a Nigéria vem de uma formação islâmica com os avanços de Usman Dan Fodio a partir do *Jihad* que estabeleceu na região o Califado de Sokoto, ao sul, dividido entre as regiões leste e oeste com duas devidas diferenças étnicas, o capitalismo já avançava mesmo antes da colonização, com o comércio transatlântico de escravos que crescia na região e que os aproximava do sistema capitalista que entrava em sua era imperialista a partir das grandes navegações. Com isso, a colonização das regiões que precederam a Nigéria se deram de distintas formas e com diferentes objetivos e vantagens, ao

passo que com a unificação dos Protetorados do Sul da Nigéria e do Norte da Nigéria em 1914, o sul ainda tinha maior respaldo e vantagens coloniais em relação ao norte.

Com isso, após a independência em 1960 do então recém formado país, a Nigéria se encontrava em crise devido às diversas contradições causadas pelos anos de administração colonial. Com o início da independência, o país passou por um momento de crescimento econômico devido à recente descoberta de petróleo no Delta do Níger, e que no contexto internacional estava em alta, no entanto, devido a forte presença também de corrupção política no país, marcado por uma fraca centralidade e uma divisão política desigual entre as principais regiões do país, os dividendos das vendas dessa matéria prima valiosa não foram equitativamente divididos, o que levou a diversos conflitos, permeados por diversos golpes militares e disputas inter-regionais, representando a falta de uma identidade nacional. Uma das principais disputas dessa época foi a Guerra do Biafra (1967-1970), que foi marcada pelas disputas étnico-regionais do recém formado país, representando uma ameaça à essa formação, devido ao caráter separatista da guerra.

A violência colonial, explicada ao longo do texto sob os aportes teóricos principalmente de Rosa Luxemburgo, mas também entendidos a partir de Frantz Fanon, marcou profundamente a Nigéria, e levaram a distintas formas de resistência, caracterizadas pelas disputas políticas, ou por grupos que resistem em defesa de sua crença, como o Boko Haram. A islamização histórica do Norte nigeriano desde o século XV, combinada com os impactos das políticas coloniais e pós-coloniais, contribuiu para criar um ambiente de desigualdade que fomentou a formação de movimentos como este em pauta. Nesse sentido, o grupo emerge como uma expressão das desigualdades sociais e étnicas e da instabilidade política que marcaram a história da Nigéria. Seu surgimento reflete tanto a herança de exploração e violência do período colonial quanto as tensões internas de um país profundamente dividido em termos étnicos, econômicos e sociais. A compreensão do Boko Haram enquanto consequência da dinâmica histórica posta nas regiões que posteriormente formaram a Nigéria, situa então o grupo no contexto mais amplo das dinâmicas globais do imperialismo e das especificidades locais de desenvolvimento desigual, destacando como esses fatores se entrelaçam para produzir as condições que reforçaram o antes existente fundamentalismo islâmico na Nigéria.

REFERÊNCIAS

- ACHEBE, C. **A educação de uma criança sob o Protetorado Britânico**. São Paulo, Companhia das Letras. 2012.
- AGBIBOA, D. E. **The social dynamics of Nigeria's Boko Haram insurgency: fresh insights from the social identity theory**. University of Oxford, Department of International Development (ODID). Oxford, Inglaterra, 2015.
- ALAO, A. Islamic radicalization and violence in Nigeria. *In: GOW, J.; OLONISAKIN, F.; DIJXHOORN, E. **Militancy and violence in west Africa***. New York: Routledge, 2013. p. 43-89.
- ALUKO, S. A. How many Nigerians: an analysis of Nigeria's census problems, 1901–1963. **Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 3, n. 3, 1965, p. 372.
- AMUWO, Adekunle. Between elite protectionism and popular resistance: the political economy of Nigeria's fractured state since juridical independence. **Journal of Contemporary African Studies**, Nova Iorque, v. 28, n. 4, out. 2010.
- BERKI, R. N. On Marxian thought and the problem of international relations. **World Politics**, Baltimore, v. 24, n. 1, p. 80-105, 1971.
- BIANCHI, A. O primado da política: revolução permanente e transição. **Revista Outubro**, São Paulo, n. 5, v. 5, p. 101-115, 2000.
- BIANCHI, A. O marxismo de León Trotsky: notas para uma reconstrução teórica. **Grupo de Estudos sobre o Marxismo de León Trotsky do Cemarx/Unicamp**. Campinas, 2005.
- BOND, P. Global uneven development, primitive accumulation and political-economic conflict in Africa: the return of the theory of imperialism. **Journal of Peacebuilding & Development**, Califórnia, v. 4, n. 1, p. 1-14, 2008.
- BOSCH, J. J. J. V. **Personalist Rule in Africa and Other World Regions**. Abingdon: Routledge, 2021.
- BRAKONIECKA, S. The Beginnings of the Boko Haram Rebellion from a Micro-level Perspective. **Hemispheres**, Wrocław, v. 30, n. 3, 2015.
- BUMAH, J.; ADELAKUN, A. The Boko Haram tragedy and other issues. **The Punch**, Lagos, 6 ago. 2009.
- CALLINICOS, A. **Marxism and the National Question**. Abuja: Iva Valley Books, 1989.
- CAMPBELL, J. **Nigeria and the Nation State: rethinking diplomacy with the postcolonial world**. Lanham, Maryland: The Rowman & Littlefield Publishing Group, 1992.
- CIERCO, T; BELO, A. Será a Nigéria um Estado falhado? O grupo Boko Haram. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 121–146, set. 2016.
- CLIFF, T. **Rosa Luxemburgo e a acumulação capitalista**. 2003. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/cliff/works/1969/rosalux/8-acc-cap.htm>. Acesso em: 30 nov.

2024.

COMOLLI, V. **Boko Haram: Nigeria's Islamist Insurgency**. Londres: Hurst & Company, 2015.

COQUERY-VIDROVITCH, C. Research on an African mode of production. *In*: GUTKIND, Peter; WATERMAN, Peter (ed.). **African Social Studies: A Radical Reader**. New York; London: Monthly Review Press, 1977.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (CFR). **Boko Haram**. Disponível em: <https://www.cfr.org/boko-haram>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CROIX, F. W. S. **The Fulani of northern Nigeria**. The Government Printer, Lagos, 1945.

DUARTE, E. C. F. Tráfico atlântico de escravos. 2018. Disponível em: https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5141&Itemid=336. Acesso em: 5 dez. 2014.

EKOT, B. Fifty Years of Nigerian Independence: Governance in a Multi-Ethnic Nation-State. **ARAS**, Austrália, v.31, n.2, dez. 2010.

EKOT, B. Conflict, Religion and Ethnicity in the Postcolonial Nigerian State. **Australian Review of African Studies**, Austrália, v. 30, n. 2, p. 47-67, 2009.

FILIPPI, E. E.; XAVIER, R. C. Nigéria contemporânea: raízes da insurgência doméstica e implicações regionais. **Conjuntura Austral**, Rio Grande do Sul, v. 8, n. 42, p. 78–95, 2017.

FANON, F. **The Wretched of the Earth**. Londres: Penguin, 1963.

FOREST, J. J. F. **Confronting the Terrorism of Boko Haram in Nigeria**. Florida: The JSOU Press, 2012.

FORREST, T. **Politics and Economic Development in Nigeria**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

FRÖLICH, P. **Rosa Luxemburgo: pensamento e ação**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

FREUND, W. M. Labour migration to the Northern Nigerian tin mines, 1903–1945. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 22, n. 1, p. 73-84, 1981.

GOMES, B. I. R.; CARVALHO, R. O. **As consequências da Conferência de Berlim (1884 a 1885) para países africanos: o caso da resistência dos grupos étnicos na Guiné Portuguesa durante a campanha de pacificação de 1913 a 1915, protagonizada por Teixeira Pinto**. Ceará: Unilab, 2021.

HABIB, I. Capital Accumulation and the Exploitation of the 'Unequal' World: insights from a debate within Marxism. **Social Scientist**, v. 31, n. 3/4, p. 3-26, 2003.

IDOWU-FEARON, J. **Conflict and cooperation between Christians and Muslims in Nigeria**. Durham: St. John's College, 2005.

IGBINWEKA, A. O. **The British occupation of southern Nigeria**. Texas: North Texas State University, 1979.

JOHNSON, T.; SERGIE, M. A. **Boko Haram. Council on Foreign Relations**, 2013.

Disponível em: <https://www.cfr.org/boko-haram>. Acesso em: 20 set. 2024.

KIFORDU, H. Nigerian political systems since political independence: changes and trajectories. **Hegemonia**, Brasília, n. 12, p. 32, 2013.

KUNA, M. J. The Sokoto Caliphate, Colonialism and the Formation of Identities: The Construction of “Northern Nigeria”. **Annals of Social Science Council of Nigeria**, Nigeria, v. 10, Jan-dez. 1998.

LENIN, V. I. **O imperialismo, fase superior do capitalismo**. 2ª ed. São Paulo: Global Editora, 1982.

LIMA, M. C.; ALMEIDA, C. S. M. Visões do sul: o marxismo e o pensamento crítico nos estudos subalternos indianos. *In*: PASSOS, R. D. F.; FUCILLE, A. Visões do sul: crise e transformações do sistema internacional. Marília: Oficina Universitária; **Cultura Acadêmica**, São Paulo, v. 1, p. 53-80, 2016.

LOOMBA, A. **Colonialism/postcolonialism**. Inglaterra: Routledge, 19 out. 2005.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburg: os dilemas da ação revolucionária**. São Paulo: Unesp; Fundação Perseu Abramo, 2004.

LOUREIRO, I. O fim do começo. Fundo do Baú: Socialismo ou Barbárie. **Jacobin Brasil**, São Paulo, edição especial, v. especial, p. 128-135, nov. 2019.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUXEMBURGO, R. Marrocos. *In*: LUXEMBURGO, R. **Obras Escolhidas**. São Paulo: Editora Unesp, p. 411-416, 2011.

MARIUTTI, E. B. Rosa Luxemburgo: imperialismo, sobre acumulação e crise do capitalismo. **Revista Crítica Marxista**, Campinas, v. 40, p. 49-61, 2015.

MARIUTTI, E. B. Para além do economicismo: a acumulação de capital na perspectiva de Rosa Luxemburgo. **Revista Novos Rumos**, Marília, v. 56, n. 1, 2019.

MARTINS, M. O. A acumulação do capital de Rosa Luxemburgo e a sua teoria da reprodução do capital social total: apontamentos sobre método e revolução. **Cadernos Cemarx**, Campinas, v. 15, n. esp., p. 1-39, 2022.

MORDI, K. M. I. **Making sense of the Boko Haram insurgency from a historical materialist perspective**. Gazimağusa, Eastern Mediterranean University, , 2016.

MOSS, K. **Nigerian terror: The rise of Boko Haram**. Harrisonburg, Senior Honors Projects, James Madison University, 2018.

NDLOVU-GATSHENI, S. J. Beyond the Equator there are no Sins: Coloniality and Violence in Africa. **Journal of Developing Societies**, v. 28, n. 4, p. 419-440, 2012.

OGUNROTIFA, A. B. Class Theory of Terrorism: A study of Boko Haram insurgency in Nigeria. **Royal Holloway**, University of London, Londres, v. 3, n. 1, 2013.

OLIVEIRA, J. L. L. **Identidade nacional nigeriana: arranjos institucionais para construção de uma nigerianidade**. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

ORIMOLADE, O. S.; IWU, H. N. Explaining the lineage of capitalist development in Nigeria. **Canadian Social Science**, Canadá, v. 12, n. 11, p. 42-51, 2016.

ORITSEJAFOR, O. E; COOPER, A. D. **Africa and the global system of capital accumulation**. New York: Routledge, 2021.

OSAGHAE, E. E.; SUBERU, R. T. **A History of Identities, Violence and Stability in Nigeria**. Working Paper 6. Centre for Research and Inequality, Human Security and Ethnicity. Oxford: Oxford University Press, 2005.

PIVOTTO, L. B. **As contribuições de León Trotsky para o estudo do imperialismo**. Araraquara, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras, 2011.

PÓVOAS, L. **A instabilidade política da Nigéria e a atuação da Shell na região**. Brasília, Centro Universitário de Brasília, 2015.

PRED, A; WATTS, M. J. **Reworking Modernity: Capitalisms and symbolic discontent**. New Brunswick, New Jersey: Rutgers University Press, 1992.

ROSENBERG, J. International relations in the prison of political science. **Sussex Research**, Sussex, v. 30, n. 2, p. 127-153, 2016.

ROSENBERG, J. Why Is There No International Historical Sociology? **European Journal of International Relations**, Sussex, v. 12, n. 3, p. 307-340, 2006.

SAAD FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 16, p. 27-42, jun. 2001.

SERGIE, M. A; JOHNSON, T. Nigeria's Boko Haram and Ansaru. **Council on Foreign Relations**, Zurique, 7 out. 2014.

SILVA, F. S; MARTINEZ, L. Y. L. Os desdobramentos coloniais: Purple Hibiscus como metáfora para a identidade nigeriana. **Revista (Entre Parênteses)**, Alfenas, v. 7, n. 2, 2018.

SMITH, A. **Nationalist Movements**. Londres, Macmillan Press Ltd., 1976.

SULEIMAN, M. S. U. **Cycle of bad governance and corruption: The rise of Boko Haram in Nigeria**. Malaya, University of Malaya, SAGE, 2015.

SULEIMAN, Y. Domínio colonial na Nigéria: o encontro do Reino Auchí com os colonialistas britânicos e seus impactos. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, jul./dez., p. 55-70, 2021.

TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TROTSKY, L. **The Permanent Revolution & Results and Prospects**. Seattle: Red Letter Press, 2010.

TROTSKY, L. **The Third International after Lenin**. New York: Pioneer Publishers, 1957.